

**ANTONIO GOMES DA ROSA**

**A VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER A PARTIR  
DA ÓTICA DO HOMEM AGRESSOR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Saúde Pública, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador(a): Prof(a): Elza Berger Salema Coelho, Dr<sup>a</sup>

**FLORIANÓPOLIS  
2006**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

**“A VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER A PARTIR DA ÓTICA  
DO HOMEM AGRESSOR”**

**AUTOR: Antonio Gomes da Rosa**

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO DO  
TÍTULO DE:

**MESTRE EM SAÚDE PÚBLICA**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Ciências Humanas e Políticas Pública**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra N.C. Caponi  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação  
em Saúde Pública

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Elza Berger Salema Coelho  
(Presidente)

Prof. Dr. Fátima Buchele  
(Membro)

Prof. Dr. Jonas Salomão Spricigo  
(Membro)

*O século vinte será lembrado como um século marcado pela violência. Em uma escala jamais vista e nunca antes possível na história da humanidade, ele nos oprime com seu legado de destruição em massa, de violência imposta. Mas esse legado – resultado de novas tecnologias a serviço de ideologias de ódio – não é o único que carregamos, nem que devemos enfrentar. Menos visível, mas ainda mais disseminado, é o legado do sofrimento individual diário. É a dor das crianças que sofrem abusos provenientes das pessoas que deveriam protegê-las, mulheres feridas ou humilhadas por parceiros violentos, pessoas idosas maltratadas por aqueles que são os responsáveis pelos seus cuidados, jovens oprimidos por outros jovens e pessoas de todas as idades que infligem violência contra si próprias. Este sofrimento – e há muitos outros exemplos que eu poderia citar – é um legado que se reproduz quando novas gerações aprendem com a violência de gerações passadas, quando as vítimas aprendem com seus agressores e quando se permite que se mantenham as condições sociais que nutrem a violência. Nenhum país, nenhuma cidade, nenhuma comunidade está imune à violência, mas também não estamos impotentes diante dela.*

Nelson Mandela  
Preâmbulo do Relatório Mundial sobre  
Violência e Saúde

## RESUMO

Esta dissertação foi realizada com o objetivo geral de identificar as causas da agressão conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem agressor. Teve como objetivos específicos descrever as causas, apontadas pelos agressores atendidos em um Programa de Atenção à Violência Doméstica e Intrafamiliar em um município de SC, que os levaram a agredir suas companheiras e de analisar, à luz dos autores que fundamentam este trabalho, as causas apresentadas pelos agressores, sujeitos participantes da pesquisa. Caracterizada como de abordagem qualitativa, a pesquisa utilizou a técnica do grupo focal, tendo como participantes 11(onze) homens que se envolveram com violência conjugal e que participam voluntariamente de um programa de atenção à violência doméstica e intrafamiliar em um município de Santa Catarina. Para a análise, as informações coletadas foram agrupadas em 3 categorias: categoria um: “outros”; categoria dois: “ela”; e categoria três: “eu”. Os sujeitos participantes da pesquisa apontaram comportamentos e atitudes que permitiram identificar, sob a ótica do homem agressor, que as causas que o levou a agredir sua companheira foram: interferência de pessoas estranhas à relação conjugal; presença de ações inadequadas da companheira; domínio da mulher sobre o companheiro; resposta à agressão física, verbal ou psicológica da companheira; hábito de beber; e situação financeira. Os resultados também mostraram que as causas apontadas se mesclam no dia-a-dia, se acumulam sob a forma de conflitos e eclodem em atos que configuram a violência conjugal do homem contra a companheira. Além disso, os sujeitos da pesquisa não demonstraram uma compreensão ativa de que eram agressores, ou seja, ao mesmo tempo em que não negavam os atos que relatavam, também não os compreendiam como ações que os caracterizassem como agressores.

**Palavras-chave:** Violência conjugal, Agressores, Agressão contra mulher.

## ABSTRACT

This dissertation has been carried out aiming at identifying the causes of marital abuse against the woman from the man's stand-point. Its specific goals were to describe the causes pointed out by abusers treated on a Domestic and Intra-Family Violence Watch Program in a city of Santa Catarina State, in order to understand what drove them to attack their spouses and to analyze such attitudes in the light of authors who provide the fundamentals for present work, as well as the causes presented by the subjects participating in the research. Characterized as qualitative focus, the research used the focal group technique, having as participants 11 (eleven) men involved in domestic violence and who volunteered on a domestic and intra-family violence watch program, in a city of Santa Catarina State. For said analysis, the data collected were grouped up in 3 categories: category one: "others"; category two: "she"; and category three: "I". The subjects participating in the research pointed out behaviors and attitudes that allowed identification, in the view of the attacker, of the causes leading to the abuse of the spouse, as follows: interference of people outside the marital relationship; spouse's inadequate actions; woman dominating the spouse; response to physical, verbal or mental aggression; addiction on the part of the aggressor (liquor); and financial situation. The results also showed that the causes appointed mix up every day, mounting in the form of conflicts and ending up in marital violence of the man against the woman. Apart from that, the subjects of the research did not display an active understanding of the fact that they were the aggressors, that is, they did not deny the reported actions, but did not seem to see themselves as perpetrators of aggressive behavior as well.

**Key-words:** Marital violence. Cause. Aggressor.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Categoria “outros”, subcategorias, agentes e ações .....	46
Figura 2 – Categoria “ela”, subcategorias e exemplos de ações .....	47
Figura 3 – Categoria “eu”, subcategorias e ações .....	48
Figura 4 – Categorias e subcategorias extraídos da fala dos sujeitos do GF sobre violência conjugal .....	50

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

- CCJC - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara
- CNS - Conselho Nacional de Saúde
- DEAMs - Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher
- GF - Grupo Focal
- NOOS - Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais
- NOP - Núcleo de Opinião Pública
- OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- ONGs - Organizações Não-Governamentais
- TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- WHO - World Health Organization

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>12</b>
2.1	CONCEITO E TIPOS DE VIOLÊNCIA.....	12
2.2	VIOLÊNCIA CONJUGAL.....	16
2.3	VIOLÊNCIA CONJUGAL E OS AGRESSORES.....	19
2.4	A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS .....	24
2.5	CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO.....	29
2.5.1	Matriz de identidade.....	29
2.5.2	Desenvolvimento de papel e espontaneidade como saúde na relação .....	30
2.5.3	Personalidade e capacidade de relacionamento .....	31
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>35</b>
3.1	O LOCAL DO ESTUDO .....	35
3.3	TIPO DE PESQUISA .....	39
3.4	COLETA DE DADOS .....	40
3.5	ANÁLISE DOS DADOS .....	42
<b>4</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	<b>45</b>
<b>5</b>	<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>50</b>
5.1	CATEGORIA: “OUTROS” .....	51
5.2	CATEGORIA: ELA.....	53
5.3	CATEGORIA: EU .....	62
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>66</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>69</b>
	<b>BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS</b> .....	<b>74</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>76</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a violência se faz presente no mundo todo, tanto de forma privada quanto pública, sendo que, dia após dia, atinge milhares de pessoas, independente de classe social, credo, etnia, etc. Da mesma forma, apresenta-se como um fenômeno que tem sido foco de atenção e de estudos de outras áreas de conhecimento, como a da Saúde Pública, e não mais apenas da Segurança Pública.

Manifestada das mais variadas formas, a violência tem afetado seres humanos das mais diversas faixas etárias, bem como tem se instaurado nas mais variadas relações humanas. Assim, se tem, por exemplo, a violência contra crianças, praticada, muitas vezes, pelos pais, contra o cônjuge, praticada, sobretudo, pelo(a) companheiro(a), e contra os idosos, sendo que as violências podem incluir agressões físicas, psicológicas e sexuais.

Dentre os diversos tipos de violência sobre as quais se tem tomado conhecimento, tanto como cidadão quanto como profissional da área de Psicologia ou por intermédio dos meios de comunicação, destacam-se os acontecimentos relacionados à violência contra mulheres praticada pelo companheiro. Ballonne (2006) explica que, embora as mulheres também exerçam a violência contra seus companheiros, na maioria dos casos, os agressores são homens, especificamente cônjuge e/ou ex-cônjuge da vítima.

A dimensão da violência contra a mulher no mundo, segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS apud MALDONADO, 2006), assume números significativos, pois uma em cada 3 mulheres já foi vítima de algum tipo de violência. No Brasil, embora as estatísticas sobre a violência em escala nacional contra a mulher sejam ainda precárias, dados da Fundação Perseu Abramo (TARUZI, 2006) revelam que, em 2001, 2,1 milhões de mulheres sofreram espancamentos graves no Brasil, representando 175 mil mulheres agredidas por mês; 5.800 mulheres agredidas por dia; 240, por hora; e 4, por minuto. Segundo o autor, esses números significam que, no país, uma mulher é espancada a cada 15 segundos e que essa violência constitui-se um problema social grave.

Neste contexto de violência contra as mulheres, vem se percebendo que a preocupação das autoridades e dos profissionais envolvidos com o tema estão mais direcionados à vítima da agressão. Nesse sentido, no que se refere ao agressor, a preocupação, em geral, tem sido com a sua penalização. Exemplo disso é a existência, em maior escala, de programas dirigidos às vítimas e de leis que prevêm a punição do agressor.

Entretanto, como a agressão é algo mais complexo do que apenas penalizar o agressor, faz-se necessário, ser estudada de forma mais abrangente, ou seja, levando em consideração aspectos individuais, familiares e sociais dos agressores, pois a violência afeta não só o indivíduo e as vítimas diretas, mas a família como um todo. Para Ribeiro et al. (2000) e Fukuda, Ribeiro e Ferro (2002) normalmente, acontecem vários tipos de violência ao mesmo tempo, o que torna difícil a tarefa de identificar quem é a vítima e quem é o algoz.

Segundo Pence (apud SOARES, 1999, p. 109), é essencial considerar que responder à pergunta “E quanto aos homens?” Não se limita à solução de colocá-los na prisão, mas vai além, exigindo que seja respondida a pergunta: “Como se pode ajudá-lo?” Compreende-se que haja um campo vasto de incógnitas e dúvidas com relação ao tema violência conjugal, principalmente por parte da pessoa agressora.

Esta pesquisa se apresenta como uma oportunidade para suscitar discussões sobre o assunto, o que poderá contribuir com as famílias no sentido de entenderem que existem muitos motivos que levam os companheiros a se tornarem agressores e que a agressão praticada pelo companheiro exige mais do que a punição prevista em lei. Exige que ocorra a instrumentalização para a busca imediata de ajuda e de apoio em órgãos constituídos na comunidade de saúde pública a respeito da violência conjugal contra as mulheres.

Assim, pretende-se, com esta pesquisa, levantar a questão de que os companheiros – a vítima e o agressor – necessitam de apoio adequado de proteção e recuperação. Sendo assim, é de fundamental importância identificar causas motivadoras para a agressão, visto que o perfil das vítimas tem sido amplamente estudado sem perspectiva de encaminhamentos para atendimento do problema, que é identificar a origem da agressão e suas causas, para, a partir destas, desenvolver políticas que possam minimizar a violência do homem praticada contra a mulher.

Para Machado (1998), as estatísticas em torno dos altos índices de violência dos companheiros contra as mulheres em todo o mundo e, mais especificamente, no Brasil não deixam dúvidas quanto à necessidade do combate sistematizado que deve ser feito, bem como quanto à necessidade de mudanças de comportamento e atitudes do homem e da mulher que vivem juntos e são vítimas e autores de violência conjugal. Esta pesquisa se ateve às agressões físicas entre parceiros, com observância da ação dos homens sobre as mulheres e não considerou a legalidade da relação a respeito da formalidade no judiciário ou religioso.

Diante do exposto, levanta-se a seguinte questão norteadora: Quais as causas da agressão conjugal contra mulheres a partir da ótica do agressor? Com base na pergunta que

suscitou esta pesquisa, definiu-se, como objetivo geral, **identificar as causas da agressão conjugal contra a mulher, a partir da ótica do homem agressor**. Como objetivos específicos, delinearam-se:

- Descrever as causas, apontadas pelos agressores atendidos em um Programa de Atenção à Violência Doméstica e Intrafamiliar em um município de SC, que os levaram a agredir suas companheiras.
- Analisar, à luz dos autores que fundamentam esta pesquisa, as causas apresentadas pelos agressores, sujeitos participantes da pesquisa.

São, portanto, sujeitos participantes desta pesquisa, homens agressores que, por adesão voluntária, participam de um grupo de reflexão em um Programa de Atenção à Violência Doméstica e Intrafamiliar em um município de SC, compreendidos como agressores de mulheres, suas companheiras.

Por razões éticas, não se identificou com especificidade o Programa nem a cidade em que o mesmo é realizado, informando-se, apenas, que o Programa é instituído por Resolução Municipal e é desenvolvido em uma cidade de Santa Catarina, Brasil.

Para atingir os objetivos propostos, desenvolveu-se esta pesquisa de caráter qualitativo que utilizou a técnica do grupo focal.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 CONCEITO E TIPOS DE VIOLÊNCIA

A palavra violência, amplamente utilizada nos dias atuais, reflete uma situação vivenciada por milhares de pessoas no mundo inteiro. Como a presente pesquisa trata da violência, considera-se relevante descrever o conceito de violência e as formas como se apresenta.

O termo violência, derivado do latim *violentia*, é definido como:

[...] qualidade do que é violento; [...] ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força; [...] cerceamento da justiça e do direito; coação, opressão, tirania; [...] força súbita que se faz sentir com intensidade; fúria, veemência; [...] dano causado por uma distorção ou alteração não autorizada; [...] o gênio irascível de quem se encoleriza facilmente, e o demonstra com palavras e/ou ações. (HOUAISS, 2001, p. 2866)

Saffioti (2004, p. 15) afirma que “[...] o entendimento popular da violência apóia-se num conceito, durante muito tempo, e ainda hoje, aceito como o verdadeiro e único.” O autor se refere à concepção de “[...] violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”. (SAFFIOTI, 2004, p. 60)

No sentido colocado por Saffioti (2004), em se tratando da violência masculina contra a mulher, o conceito de violência está situado na tolerância e no incentivo da sociedade para que os agressores exerçam sua força/potência/dominação contra a vítima, tendo em vista que “[...] a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando desse modo, a pedagogia da violência”. (SAFFIOTI, 2004, p. 74)

Entretanto, Saffioti (2004, p. 75) explica que “[...] a ruptura de integridades como critério de avaliação de um ato como violento situa-se no terreno da individualidade”, o que significa que, se não há uma concepção unânime sobre a violência, não é possível caracterizá-la como ruptura de integridades, visto que inexistente ciência do individual. Por essa razão, prefere vincular o conceito de violência ao conceito de direitos humanos, sendo que entende por violência todo agenciamento capaz de violar os direitos humanos.

Taruzi (2006, *site*, s/p) corrobora a explicação de Saffioti (2004) sobre o caráter individual do conceito de violência ao expor que diversas pesquisas realizadas na década de 1990 revelaram que

no Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Venezuela e Cingapura, é comum que a violência seja aprovada socialmente quando ocorre infidelidade feminina; já no Egito, Nicarágua e Nova Zelândia, a mulher deve ser punida quando não cuida da casa e dos filhos; a recusa da mulher em ter relações sexuais é motivo de violência nesses países e também em Gana e Israel. A desobediência de uma mulher ao seu marido justifica a violência em países como Egito, Índia e Israel.

A exposição de Taruzi (2006, *site*) mostra a existência de normas sociais fundamentadas nas relações de gênero, mudando apenas, de um país para o outro, as razões apresentadas para aprovação da violência contra a mulher.

Com base nas definições de Houaiss (2001) e Saffioti (2004), é possível constatar a abrangência que o termo violência possui: abrange o ser humano nos vários aspectos que o compõem, como o físico, o psíquico, o sexual, o moral, o que faz com que se apresente sob diversas formas. No que concerne às várias formas de violência, o Ministério da Saúde aponta a violência física, a violência sexual, a violência psicológica, a violência econômica ou financeira e a violência institucional.

**A Violência Física**, de acordo com o Ministério da Saúde,

Ocorre quando uma pessoa, que está em relação de poder em relação à outra, causa ou tenta causar dano não-acidental, por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma que pode provocar ou não lesões externas, internas ou ambas. (BRASIL, 2002b, p. 17)

As formas de manifestação da violência física são as mais variadas: tapas; empurrões; socos; mordidas; cortes; estrangulamento; queimaduras; lesões por armas ou objetos; obrigar a outra pessoa a ingerir medicamentos desnecessários ou inadequados, álcool, drogas ou outras substâncias e alimentos; tirar de casa à força; amarrar; arrastar; arrancar a roupa; abandonar em lugares desconhecidos; causar danos à integridade física em virtude de negligência, como, por exemplo, se omitir a cuidados e proteção contra agravos evitáveis em situações de perigo, doença, gravidez, alimentação, higiene, etc. (BRASIL, 2002b)

Os atos de violência física, segundo a OMS - Organização Mundial da Saúde (1998), são classificados conforme sua gravidade em:

- *Ato Moderado*: ameaças não-relacionadas a abusos sexuais e sem uso de armas; agressões contra animais ou objetos pessoais e violência física (empurrões, tapas beliscões, sem uso de instrumentos perfurantes, cortantes ou que causem contusões);
- *Ato Severo*: agressões físicas que causem lesões temporárias; ameaças com arma; agressões físicas que causem cicatrizes, lesões de caráter permanente, queimaduras e uso de arma.

Em se tratando de violência física doméstica contra homens, podem ocorrer duas situações: a violência não é praticada diretamente pela agressora, ou seja, é cometida por terceiros, como, por exemplo, por parentes da mulher ou por profissionais contratados; a violência é praticada em situação de surpresa, isto é, geralmente, enquanto a vítima dorme. (BALLONE, 2006, *site*)

A **Violência Sexual** caracteriza-se como a ação na qual uma pessoa, em relação de poder e utilizando a força física, a coerção ou a intimidação psicológica, obriga uma outra ao ato sexual contra a sua vontade ou que a expõe em interações sexuais que possibilitem sua vitimização, da qual o agressor procura obter gratificação. (BRASIL, 2002b) Esse tipo de violência apresenta-se nos casos de estupro, sexo forçado no casamento, abuso sexual infantil, abuso incestuoso e assédio sexual.

A **Violência Psicológica**, também conhecida por **Agressão Emocional**, às vezes tão ou mais prejudicial que a física, é vista pelo Ministério da Saúde, como toda ação ou omissão capaz de provocar ou objetivar causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa, caracterizando-se como: insultos constantes; humilhação; desvalorização; chantagem; isolamento de amigos e familiares; ridicularização; rechaço; manipulação afetiva; exploração; negligência, como atos de omissão a cuidados e proteção contra agravos evitáveis em situações de perigo, doença, gravidez, alimentação, higiene, etc.; ameaças; privação arbitrária da liberdade, como impedimento de trabalhar, estudar, cuidar da aparência pessoal, gerenciar o próprio dinheiro, brincar, etc.; confinamento doméstico; críticas pelo desempenho sexual; omissão de carinho; negação de atenção e supervisão. (BRASIL, 2002b). A violência psicológica, sob a ótica de Ballone (2006, *site*, s/p), “Trata-se de uma agressão que não deixa marcas corporais visíveis, mas emocionalmente causa cicatrizes indelévels para toda a vida”.

Em outras palavras, as Agressões Emocionais são aquelas que, independentemente do contacto físico, ferem moralmente e, da mesma forma que nas agressões em geral, dependem do agente agressor e do agente agredido. Nos casos em que não há intencionalidade agressiva e o agente agredido se sente agredido, independente da vontade do agressor, a situação reflete uma sensibilidade exagerada de quem se sente agredido. Nos casos em que há intencionalidade do agressor, o mal-estar emocional produzido por sua atitude não depende da eventual sensibilidade aumentada do agente agredido, sendo que outras pessoas submetidas aos mesmos estímulos igualmente se sentem agredidas. (BALLONE, 2006, *site*)

A **Violência Econômica ou Financeira** se refere, conforme o Ministério da Saúde, “[...] aos atos destrutivos ou omissões do(a) agressor(a) que afetam a saúde emocional e a sobrevivência dos membros da família” (BRASIL, 2002a, p. 21) Inclui:

roubo  
 destruição de bens pessoais (roupas, objetos, documentos, animais de estimação e outros) ou de bens da sociedade conjugal (residência, móveis e utensílios domésticos e outros)  
 recusa de pagar a pensão alimentícia ou de participar nos gastos básicos para a sobrevivência do núcleo familiar  
 uso dos recursos econômicos de pessoa idosa, tutelada ou incapaz, destituindo-a de gerir seus próprios recursos e deixando-a sem provimentos e cuidados. (BRASIL, 2002a, p. 21)

A **Violência Institucional** é definida pelo Ministério da Saúde como sendo a exercida pelos próprios serviços públicos, seja por ação ou por omissão, podendo incluir desde a mais abrangente falta de acesso até a má qualidade dos serviços. Além disso, abrange abusos referentes às relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições (BRASIL, 2002a).

Além dos tipos de violência relacionados pelo Ministério da Saúde, Ballone (2006), cita a **Violência Verbal** que, normalmente, se dá concomitante à violência psicológica. Conforme Ballone (2006, *site*, s/p),

Alguns agressores verbais dirigem sua artilharia contra outros membros da família, incluindo momentos quando estes estão na presença de outras pessoas estranhas ao lar. [...] A violência verbal existe até na ausência da palavra, ou seja, até em pessoas que permanecem em silêncio. O agressor verbal, vendo que um comentário ou argumento é esperado para o momento, se cala, emudece e, evidentemente, esse silêncio machuca mais do que se tivesse falado alguma coisa.

Ballone (2006, *site*) ainda esclarece que, dentro da violência verbal estão os casos de depreciação da família e do trabalho do outro, e as ofensas morais que também fazem parte da violência psicológica. Para Saffioti (2004), em relação aos tipos de violência, esclarece que eles não ocorrem isoladamente e que qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente.

Para Boulding (1981), as formas específicas de violência passam as várias fases da vida e se instauram nas mais diversas relações humanas. Juntos, esses variados tipos de violência formam uma rede intrincada e complexa em que todos (cada um a seu modo) são vítimas e autores ao mesmo tempo. Da mesma forma como ocorre em uma epidemia, todos são atingidos pela fonte comum de uma estrutura social, ao mesmo tempo desigual e injusta, que não só alimenta, mas também mantém ativos os focos específicos de violência que se expressam nas relações conjugais, de gênero, de classes e no interior das instituições.

Bourdieu (1989, p. 112) explicita que, “Em uma linguagem simbólica, poderíamos comparar a vida familiar nesse contexto com uma música desafinada, em que cada membro toca um instrumento diferente e não chegam nunca a uma harmonia”. Dentre os diversos tipos de violência, estão a Violência Doméstica e a Violência Conjugal.

Para Shrader e Sagot (1998), a violência doméstica caracteriza-se como o espaço físico onde ocorre o ato violento e violência conjugal se refere ao âmbito relacional em que ocorre a ação agressiva. Segundo Emery (1989), este comportamento que envolve o uso de agressão física de um dos companheiros contra o outro é potencialmente prejudicial ao desenvolvimento, bem-estar, saúde emocional e dignidade da vítima.

A Violência Doméstica, para José Gregori,

[...] é aquele tipo de violência que acontece entre quatro paredes: o marido agredindo a mulher; a mulher e o marido tratando mal os filhos; a mulher, o marido e os filhos tratando mal os avós; e os avós tratando mal os empregados. Quer dizer, é uma linha de produção da violência, é na família que a violência acontece. (GREGORI, 1999 apud TEIXEIRA, 2001, p. 69)

A violência entre parceiros, segundo WHO (World Health Organization) (2002), refere-se a todo e qualquer comportamento em uma relação íntima que cause dano físico, psíquico ou sexual aos membros da relação. O termo **Violência Conjugal**, nesta pesquisa, refere-se ao comportamento agressivo que ocorre contra a mulher adulta no contexto de um relacionamento heterossexual íntimo, independente de ser ou não ser legalizado.

## 2.2 VIOLÊNCIA CONJUGAL

A violência conjugal apresenta-se como um fenômeno mundial. A OMS (1998) realizou uma pesquisa em dez países, nos quais entrevistou 24 mil mulheres e concluiu que, em média uma em cada seis mulheres sofre com a violência conjugal. O estudo ainda revelou que a violência conjugal representa uma das principais ameaças à saúde das mulheres, sendo que a maioria dessas agressões reflete um padrão de abuso contínuo, podendo ter diversas conseqüências, como tentativas de suicídio, dores pelo corpo, dificuldade para realizar tarefas cotidianas, depressão e abortos. (GALVÃO, 2006, *site*)

Na referida pesquisa, foram ouvidas, no Brasil, mulheres com idade entre 15 e 49 anos na cidade de São Paulo e na Zona da Mata de Pernambuco. Em São Paulo, 29% das mulheres entrevistadas afirmaram que já foram vítimas de agressões físicas ou sexuais cometidas por um parceiro. Nos municípios pernambucanos, esse número chegou a 37%. (GALVÃO, 2006, *site*)

Em comparação com os outros países, a pesquisa concluiu que:



- os índices das cidades brasileiras foram semelhantes aos registrados na Tailândia e na Namíbia;
- no Brasil, a violência conjugal é maior que no Japão e na Sérvia e menos grave do que na Etiópia, no Peru, em Bangladesh, na Tanzânia e em Samoa.

Taruzi (2006, p. 4) esclarece que

Apesar de ser signatário desde 1984 da Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking dos países que mais espancam mulheres no planeta. Em 1992, segundo estudo da Organização dos Estados Americanos (OEA) divulgado em janeiro de 2001, mais de 205 mil agressões contra mulheres foram registradas nas Delegacias de Defesa da Mulher de todo o país. Os crimes mais denunciados foram lesões corporais (26,2%) e ameaças (16,4%).

Outras pesquisas realizadas com populações do mundo inteiro reforçam os resultados da pesquisa da OMS, mostrando que a violência contra a mulher se faz presente no mundo todo: de 10 a 50% das mulheres relataram que foram maltratadas ou espancadas fisicamente de alguma forma por seus parceiros em algum momento de suas vidas; de 613 mulheres vítimas de agressão no **Japão**, 57% sofreram violência física, psicológica e sexual; 8% haviam sofrido somente abusos sexuais; em Monterrey, no **México**, 52% das mulheres maltratadas sofreram agressões físicas e sexuais de seus parceiros íntimos; em León, na **Nicarágua**, de 188 mulheres que sofreram agressão física por seus parceiros, apenas cinco não haviam sido vítimas de violência sexual ou psicológicas ou ambas. (CAMPOS, 2005, *site*)

No Brasil, durante o ano de 2001, o Núcleo de Opinião Pública (NOP), fez uma pesquisa enfocando as mulheres. Para isso, utilizou 125 perguntas.

[...] com uma amostra de 2.502 entrevistas pessoais e domiciliares, estratificadas em cotas de idade e peso geográfico por natureza e porte do município, segundo dados da *Contagem Populacional* do IBGE/1996 e Censo IBGE 2000. O NOP perguntou às mulheres de 15 anos ou mais, residentes em 187 municípios de 24 estados das 5 macrorregiões brasileiras, entre os dias 06 e 11 de outubro, a respeito de temas como saúde, trabalho, sexualidade, violência, educação, trabalho doméstico, cultura política e lazer. (NOP, 2005, *site*, s/p).

Essa pesquisa revelou índices significativos da violência contra a mulher no Brasil: aproximadamente uma em cada cinco brasileiras (19%) declarou de forma espontânea que já sofreu algum tipo de violência por parte de algum homem; 16% relataram casos de violência física; 2%, violência psíquica; e 1%, assédio sexual.

Quando estimuladas pela citação de várias formas de agressão, os índices apresentados anteriormente ultrapassaram o dobro, ou seja, 43% das 2.502 mulheres entrevistadas

afirmaram o seguinte: 33% admitiram terem sido vítimas de violência física (24% de ameaças com armas ao cerceamento do direito de ir e vir, 22% de agressões propriamente ditas e 13% de estupro conjugal ou abuso); 27% sofreram violências psíquicas; e 11% afirmaram já ter sofrido assédio sexual; um pouco mais da metade das mulheres brasileiras declarou nunca ter sofrido qualquer tipo de violência por parte de algum homem (57%).

Essa mesma pesquisa revelou, sob a ótica das vítimas, em respostas espontâneas sobre o que acreditavam ter causado a violência sofrida (Quadro 1).

<b>BRIGA/DESENTENDIMENTO</b>	34
- Ciúme/ciúmes mútuo	21
- Por que tinha outra mulher por causa de amantes que ele tem na rua	7
- Discussão familiar divergência de opiniões/desentendimento familiar	6
<b>DISTÚRBIOS PSICOLÓGICOS</b>	32
- É alcoólatra/estava bêbado/bebe muito	21
- Ele é muito violento/agressivo	5
- É muito nervoso/estava nervoso	4
- Acho que era louco/desequilibrado/psicopata/insano	2
- Viciado em drogas	2
<b>MACHISMO</b>	14
- É grosso/estúpido/possessivo/ignorante/animal/bruto/agressivo/sem escrúpulos	4
- Não queria que saísse de casa/saísse com as amigas	3
- Machismo/acham que por serem homens falam o que querem	3
- Por que é safado/sem vergonha/mau caráter	3
- Estava trabalho fora e ele não queria	2
<b>RESPEITO A SI PRÓPRIA/IMPULSO DE LIBERDADE/INDEPENDÊNCIA</b>	14
- Por que acham que a mulher tem que estar sempre disponível para o sexo e não queria/que é obrigação/não respeitam a vontade da mulher	8
- Por que não queria namorar com ele/sair com ele	3
- Não fazia o que mandava/se recusou a fazer o que queria	2
<b>FILHOS(AS)</b>	6
- Por que ele estava brigando/batendo nos filhos/não tem paciência com os filhos	2
- Por que ele estava brigando/batendo nos filhos/em defesa dos filhos	2
<b>PARA QUE SE SENTISSE SUBMISSA/COM BAIXA AUTO-ESTIMA</b>	3
<b>ESTAVA SOZINHA</b>	3
<b>AUTO-ESTIMA/OBJETO SEXUAL</b>	2
<b>QUESTÕES FINANCEIRAS</b>	2
<b>OUTRAS RAZÕES</b>	14
- Infidelidade/acha que ela tem amantes/imaginou que ela o estivesse traindo	3

Quadro 1 – Causa da agressão (em resposta espontânea) sob a ótica das mulheres

Fonte: NOP (2005, *site*).

O Quadro 1 revela, sob a ótica das vítimas, que o ciúme foi a principal causa da violência, assim como o alcoolismo ou estar alcoolizado no momento da agressão. Essas causas foram mencionadas por 21%, das mulheres.

Considerando a dimensão desta questão social, Rodrigues (2000) salienta que foram registradas 548 agressões ocorridas em 2002 na grande Florianópolis, Santa Catarina,

caracterizadas como violência conjugal ou intrafamiliar, pois foram praticadas por pessoas com ligações próximas à vítima, como companheiro, ex-marido e outros.

Segundo o relatório *Injustiça Criminal - A Violência Contra a Mulher no Brasil*, do *America's Watch*, em quase todas as agressões domésticas, o marido ou amante foi o responsável pela agressão (CARDOSO, 1996). Soares et al. (1996), estudando 521 denúncias em Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs), também identificaram que 77,6% dos agressores pertenciam ao grupo de maridos, companheiros, ex-maridos e ex-companheiros.

Conforme matéria publicada no Caderno Geral do Jornal de Santa Catarina (2006), na Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente, 80% dos 403 casos de lesão corporal e ameaça a mulheres, praticadas de janeiro a março do corrente ano, foram cometidas dentro de casa, pelos próprios companheiros. O delegado Henrique Stodieck afirma que, além de aparecerem novos casos todos os dias, a maioria das mulheres que registra ocorrência já esteve na delegacia.

Entretanto, ainda permanecem certas dificuldades de se tratar a agressão à mulher como um problema social amplo e como questão que pertence ao âmbito da Saúde. Os desafios continuam atuais. Desta forma levantam-se questionamentos: É possível prevenir a agressão conjugal? Como atuar com os homens que praticam maus tratos às mulheres, suas companheiras? O que os leva a agredi-las?

### 2.3 VIOLÊNCIA CONJUGAL E OS AGRESSORES

A violência conjugal necessariamente não se mostra intensa ou permanentemente, mas como um estado da relação que pode oscilar. Segundo Walker (1979 apud BRASIL, 2002b), a violência ocorre em ciclo, o qual expressa o modo de interação de diversos fatores num mesmo relacionamento de violência por meio de fases que se sucedem, sendo que nem todos os momentos, necessariamente, são marcados pela agressão. O autor ainda esclarece que esse ciclo possui três fases distintas que variam em relação à intensidade e ao tempo para um mesmo casal e entre casais diferentes, não aparecendo obrigatoriamente em todos os relacionamentos.

Na fase um do ciclo descrito por Walker, ocorre um aumento da tensão, ou seja, ocorrem pequenos e freqüentes incidentes de violência. Nessa fase, o homem se sente

estimulado por esta aparente aceitação a não se controlar: tentativas de humilhação psicológica tornam-se mais fortes e as ofensas verbais mais longas e hostis; aumenta a opressão, o ciúme e a possessividade ao observar que a companheira tenta se afastar; vigia todos os passos da companheira. Neste ponto, qualquer situação externa pode atrapalhar o equilíbrio. A tensão entre o homem e a mulher torna-se intolerável. (WALKER apud BRASIL, 2002b).

Em relação à primeira fase, compactua-se com o Ministério da Saúde, segundo o qual “[...] as interações violentas de um casal estão vinculadas ao aumento nas relações de poder estabelecidas e que a relação de dominação/subordinação necessita ser confirmada”. (BRASIL, 2002b, p. 56)

A fase dois do ciclo da violência caracteriza-se pela ocorrência do incidente agudo da violência e tem uma duração menor que as fases um e três. Caracteriza-se “[...] pela incontrolável tensão acumulada na fase um e pela falta de previsibilidade e controle” (BRASIL, 2002b, p. 58).

Nessa fase, o homem sente grande raiva, não controla seu comportamento e tenta dar uma “lição” à mulher (sem a intenção de causar-lhe dano) e termina quando acredita que ela aprendeu a lição. Sente grande raiva e não controla seu comportamento. O motivo para iniciar a agressão raramente é o comportamento da mulher: é um acontecimento externo ou um estado interno dele. (WALKER apud BRASIL, 2002b).

A fase três caracteriza-se por um apaziguamento/lua-de-mel, constituindo-se num período de calma incomum: sabe que foi agressivo e tenta fazer as pazes. Trata a companheira com carinho, pede perdão e promete não repetir episódios violentos; acredita que não agredirá mais e que poderá se controlar; e pensa que a companheira “aprendeu a lição”. (WALKER apud BRASIL, 2002b).

Na fase três, segundo Walker (apud BRASIL, 2002), “O casal que vive em uma situação de violência torna-se um par simbiótico, tão dependente um do outro que, quando tenta separar-se, o outro se torna drasticamente afetado”.

Essa fase, em comparação com a fase dois, é mais longa e, em comparação com a dois, é mais curta. As três fases, embora possam se diferenciar de casal para casal, resumem a dinâmica da violência, segundo o Ministério da Saúde. (BRASIL, 2002b).

Conforme mostram as fases da violência apontadas por Walker (apud BRASIL, 2002b), o homem agressor alterna extremos de altos e baixos, quase como se fosse duas pessoas diferentes. Mostra-se, muitas vezes, extremista, ora extremamente carinhoso, logo depois extremamente cruel. O agressor é quase sempre amoroso diante da família e dos

amigos e um monstro quando a sós com a companheira. Normalmente, justifica de forma errada sua agressão, *buscando a culpa nos outros* (grifo nosso). O agressor frequentemente, consciente ou inconscientemente, busca culpar outras pessoas ou acontecimentos sem relação alguma com o problema. Nada do que acontece é culpa dele. Considera que é agredido verbalmente e/ou mentalmente. (DESLANDES, 1994).

O mesmo autor também afirma que

Os casais que vivenciam a violência conjugal não devem ser vistos como dicotomicamente divididos entre vítimas e abusadores. O agente agressor também deve ser envolvido na atuação assim como a vítima. A criminalização do agente agressor como princípio para atuação constitui-se apenas em um paliativo para o problema e pode, em contrapartida, ser um fator de desagregação conjugal. (DESLANDES 1994, p.177-187)

Na dinâmica da violência, o homem é tido como agressor e a mulher, como vítima. Um aspecto muito característico dos agressores é a tendência a minimizar a agressão e a negar

[...] o comportamental agressivo, culpando a vítima pelo comportamento emitido [...] ao se analisar o perfil do agressor, observa-se que este não faz parte de um grupo homogêneo e que uma parcela significativa apresenta baixa auto-estima, depressão e ansiedade. (HAMBERGER et al., 1999, apud PADOVANI, 2002)

Em relação ao agressor, Soares (1999, p. 111) expõe o seguinte:

Robert Robertson, um ex-agressor atualmente na ‘terapia do controle da raiva’, diz que o homem violento é vítima de uma disfunção (*disorder*), a que dá o nome de *emotionally repressed male* (macho emocionalmente reprimido) e o bizarro apelido de ‘ERM’. Segundo ele, a violência masculina se deve aos seguintes fatores: 1) O ERM tem necessidade de controlar outras pessoas; 2) o ERM percebe que a violência funciona; 3) através da violência ele descarrega o estresse; 4) ele foi ensinado a agir dessa forma; e 5) (a razão mais importante para o autor) foi vítima de abuso na infância. (Grifos no original)

As considerações de Soares (1999) refletem a forma primitiva e reducionista do pensamento comum entre os agressores em violência doméstica:

a noção de trauma (a importância dos sentimentos reprimidos e o papel funcional da memória); a idéia de que o comportamento é aprendido pela observação ou experiência direta e consolidado em função da eficácia observada ou experimentada (teoria do aprendizado social); a noção de que o estresse (abstratamente concebido ou ancorado em indicadores sociais) constitui uma fonte direta da violência: a suposição de que a violência seja instrumental (funciona e é empregada como meio para obter benefícios) e esteja a serviço, necessariamente, do desejo masculino de controlar as mulheres. (SOARES, 1999, p. 113)

Em se tratando “[...] do desejo masculino de controlar as mulheres”, conforme

menciona Soares (1999, p. 43), as diferenças entre homens e mulheres encarnadas na metafísica do corpo dividia a sociedade entre os que mereciam e os que não mereciam ter direitos e deveres, fato que relembra os primórdios do século XVIII, quando a anatomia era um destino e parecia encarcerar a mulher no seu próprio corpo. Do século XVIII até hoje, muitas mulheres são vítimas do ódio irracional, do preconceito inconcebível, da discriminação irrestrita, da violência vergonhosa e dos maus tratos a que foram, são ou ainda serão submetidas, seja por meio de danos físicos ou psicológicos irreparáveis, vitimadas pela sociedade machista e preconceituosa.

Ainda em relação às razões que levam os homens a agredirem as mulheres, suas companheiras, levados pela necessidade de controlá-las, Soares (1999) explicita que cada homem traz para o grupo do qual faz parte sua história, não sendo raro que essa história inclua violência na infância, alcoolismo, racismo, opressão de classe ou ausência de amor e atenção. Essas experiências individuais são vistas como justificativa para a violência.

Além do gênero, outro aspecto tem sido considerado como importante no estudo da violência contra a mulher: a pobreza tem sido considerada por vários autores como causa deste fenômeno. No entanto, para Minuchin e Nichols (1995), as histórias de violência intrafamiliar evocam um certo estereótipo como pobreza urbana, desemprego, embriaguez e homens brutais.

No entanto, para Morrison e Biehl (2000), o baixo nível socioeconômico não é, em suma, causa direta da violência conjugal, mas está associado a um estresse maior, causado por incertezas, condições econômicas precárias e promiscuidades, ou seja, frustração e estresse podem ser gatilhos situacionais para o desencadeamento de uma condição psicológica não compreendida e que desestabiliza o homem levando-o a ação agressiva.

Um agressor acredita que o sucesso do relacionamento é de responsabilidade do/a companheiro/a; se a relação não dá certo a culpa é do outro. Tem também freqüentes conflitos com o cônjuge envolvendo assuntos familiares, em especial sobre como cuidar dos filhos. Os fatores mencionados não seriam aceitos como desculpa para um homem ou mulher atacar violentamente outro. Nem deveriam ser aceitos como uma defesa razoável para justificar crimes de violência doméstica. (SCHRAIBER, 2002, p. 29)

Historicamente, a violência conjugal carrega tabus e medos e, assim, não tem sido tratada como crime real. Isto é evidente na falta de conseqüências severas a tais atos. Os agressores provêm de todos os grupos, meios sociais e gêneros e têm todos os tipos de personalidades. Porém, algumas características se ajustam a um perfil geral de um agressor. Entendem-se alguns sinais como possibilidades contribuintes para um comportamento

agressivo. Segundo Guatarri e Rolnik (1993, p. 87), o modo como estes indivíduos vivem esta condição de agressor oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e de opressão na qual o homem se submete à subjetividade tal como ele a recebe, ou uma relação de criação e de expressão na qual ele se reapropria dos componentes da subjetividade criando um processo de singularização, ou seja, reconhecendo as dificuldades que traz consigo e que não dá conta sem ser por meio da violência.

O homem tem sido, em geral, identificado como algoz e agressor da mulher e de seus filhos no âmbito da família. No entanto, ele também pode ser vítima. Nos Estados Unidos, já existem organizações que dão atenção aos homens que são vítimas de violência intrafamiliar. Pesquisas realizadas na área de violência por meio da terapia conjugal e familiar têm indicado que a violência, dentro da família, não é apenas uma questão de gênero, pois todos os membros estão envolvidos quando os vínculos familiares são permeados pela violência. A violência é a expressão de uma disfuncionalidade no sistema familiar, mais grave do que a própria violência. (FUKUDA, RIBEIRO e FERRO, 2002)

Nota-se que a gravidade maior das agressões está concentrada nos pólos reconhecidos como parceiros, sendo, em sua maioria, severas para todos os agressores, o que contraria o senso comum que banaliza as agressões domésticas como de menor importância. Lembrando que as agressões severas são aquelas que infligiram seqüelas temporárias ou permanentes ou, ainda, aquelas onde há ameaças ou uso de armas, percebe-se o potencial impacto direto e indireto para a saúde das envolvidas. (OMS 1998).

As agressões no âmbito doméstico são muito repetitivas, o que sugere maior impacto sobre a saúde das mulheres submetidas a essas agressões, aumentando, assim, a responsabilidade dos serviços em sua detecção. A situação é grave porque, culturalmente, parece significar que a violência conjugal não é severa. Os dados que se mostram na pesquisa demonstram a necessidade de estudos que os resultados aprofundem o conhecimento do tema para apoiar estratégias de prevenção e assistência à agressão conjugal, com atenção específica do homem sobre a mulher.

A abordagem que feita neste capítulo sobre a figura do agressor e as causas atribuídas ao seu comportamento violento em relação a sua companheira não se trata de uma tentativa de definir vítimas ou culpados. Tampouco é uma tentativa de refletir sobre as origens dos comportamentos que caracterizam os agressores. Trata, sim, de um esforço para conhecer essas origens sob a ótica do próprio agressor e, conseqüentemente, o lugar que ocupam no cenário social.

## 2.4 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Descrevem-se, neste item, alguns aspectos da legislação e das políticas públicas brasileiras sobre a violência doméstica. No Brasil, até 2004, a violência ocorrida dentro de casa era enquadrada no Código Penal que tratava a agressão como lesão corporal, variando a pena de acordo com a gravidade da lesão (leve, grave ou gravíssima). (SAFFIOTI, 2004)

A partir de 2004, a Lei nº 10.886, de 17/06/04, tipificou a violência doméstica, acrescentando os parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, criando o tipo especial denominado Violência Doméstica:

§ 9. Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano.

§ 10. Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no § 9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço). (BRASIL, 2006a, *site*, s/p)

Considera-se que os parágrafos citados revelam o reconhecimento da preocupação com a violência doméstica no Brasil, a despeito de a mesma ser considerada um crime de ofensa menor, ou seja, um crime de menor potencial ofensivo passível de até 2 anos de prisão.

Considera-se importante expor que há em tramitação um Projeto de Lei – Não-Violência à Mulher (4559/04) – que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Um dos mecanismos é a criação de Varas Especiais e o estabelecimento de penas específicas, como, por exemplo, poderão os agressores terem seus finais de semana restringidos ou serem obrigados a participar de reuniões com grupos de apoio que os ajudem a dominar a própria violência, ou seja, que os levem a readequação de seu comportamento. (BRASIL, 2004)

O projeto prevê que a pena de lesão corporal praticada contra integrante da família ou companheiro [...] passará a ser de detenção de três meses a três anos. [...] prevê várias medidas de amparo para a mulher vítima de violência, como sua inclusão em programas sociais do Governo, garantias no emprego e prioridade em centros de atendimento psicossocial e jurídico e de saúde. [...] define como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação em que o homem cause sofrimento físico, sexual ou psicológico à sua companheira. A violência psicológica é definida como qualquer conduta que tenha por objetivo diminuir a auto-estima ou controlar comportamentos, crenças e decisões da mulher, usando como armas a humilhação, a manipulação, a ameaça, a ridicularização, a vigilância ou a limitação do direito de ir e vir. Haverá ainda punição para o homem que caluniar ou difamar a honra e a reputação de sua companheira ou ex-companheira. [...] enquadra como violência doméstica contra mulheres a violência patrimonial, estabelecida como ação que configure perda, retenção, subtração e destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens e recursos econômicos da vítima. (BRASIL, 2004, s/p)



Este projeto de lei foi apontado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara (CCJC) como um Projeto de relevância social.

Deve-se mencionar, também, a Lei nº 10.455, de 13/05/02 que, em seu artigo 69, parágrafo único, define que, em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, o afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima. (BRASIL, 2006b, *site*, s/p)

Sobre o afastamento do agressor, Ravazzola (1999) chama a atenção para a responsabilidade das instituições com propostas de atendimento familiar que, muitas vezes, em nome da proteção, tomam medidas radicais de afastamento da vítima do seu agressor sem perceber que isso pode representar uma segunda forma de violência. Segundo Genicovik (1995), esta posição deixa de considerar outros fatores presentes no relacionamento conjugal, como a afetividade, por exemplo, os laços de dependência, a convivência estreita ou qualquer outro elemento positivo presente na dinâmica familiar que, certamente, ficam abafados quando eclode de uma interação violenta.

Em relação à vítima de agressão, esta poderá procurar uma Delegacia da Mulher, onde será atendida por uma equipe multidisciplinar, podendo, dependendo da situação, ser encaminhada para um abrigo.

No que se refere ao agressor, se este manifestar interesse em receber tratamento, é possível recorrer a grupos de terapia gratuita, como o Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais (Instituto Noos), no Rio de Janeiro, organização não-governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1994 e reconhecida como Utilidade Pública Federal. O Instituto Noos (2006, *site*, s/p)

Tem como objetivo promover, baseados na visão sistêmica de mundo, contextos colaborativos para a melhoria da qualidade das relações entre pessoas, famílias, instituições e comunidades. Para tanto, o Instituto Noos conta com uma equipe multidisciplinar que inclui médicos, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, advogados, conciliadores e mediadores, estando estruturado em quatro núcleos temáticos: Núcleo de Família; Núcleo de Gerenciamento de Conflitos; Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania; e Núcleo de Conversação e Aprendizagem Organizacional.

O Núcleo de Gênero foi criado pela Instituição citada para contribuir com estudos, pesquisas e oferta de programas e projetos que atuem na promoção de relações equitativas de

gênero e na formulação de políticas públicas nessa área. Atualmente, o Núcleo atua na interface criada pela convergência das áreas de gênero, saúde e cidadania, principalmente por meio de trabalhos voltados para prevenção, em todos os níveis, da violência intrafamiliar e de gênero e pesquisas sobre o assunto. Suas ações encontram-se voltadas para todos os atores do sistema em conflito, inclusive para os homens, por meio de atendimento em grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica e de mulheres vivendo em situação dessa mesma violência.

Entretanto, no Brasil, há poucas Organizações Não-Governamentais (ONGs) com o perfil do Instituto Noos, sendo que os homens não recebem um apoio semelhante ao oferecido às mulheres, restringindo-se ao atendimento feito por assistentes sociais. Além disso, afirma Schraiber (2002), os programas de intervenção sobre a violência conjugal, no Brasil, seguem informados, de um lado, pela pesquisa estrangeira, que guarda similaridades, mas também diferenças com relação à família brasileira; de outro lado, preenchem estudos com conceitos forjados pelo senso comum às lacunas da produção nacional, disponível, mas ainda incipiente, e da ausência de uma política pública que oriente claramente a ação e indique a direção política da mudança que a técnica pode processar. Para que isso aconteça, se faz necessário orientar e assistir os agressores no exercício da conjugalidade a fim de abordar formas eficazes de abrandar os métodos de disciplinamento físico, que usam por serem os mais expoentes em momentos de confusão pessoal e sobremaneira os únicos que conhecem.

Uma parcela importante dos programas de atenção negligencia os agressores que também são, de uma certa forma, vítimas de violência e, no entanto, não são adequadamente submetidos a um acompanhamento sério, de maneira que se compreenda que a erradicação da agressão à mulher passa pela atenção ao homem agressor. (SCHRAIBER, 2002)

É o esclarecimento da demanda pública que permite ao profissional melhor acuidade na intervenção sobre os casos singulares que, ao final, serão objetos de exame pelos aparelhos jurídicos, estes também carentes de uma orientação esclarecedora e amparada em preceitos públicos e fundamentada, uma vez, que juridicamente, apenas se pune.

No Brasil, nos últimos 20 anos, foram criados serviços voltados para a questão, como as delegacias de defesa da mulher, as casas-abrigo e os centros de referência multiprofissionais que têm focado, principalmente, a violência física e sexual cometida por parceiros e ex-parceiros da mulher. (SCHRAIBER, 2002)

A partir da década de 1990, essa forma de violência vem sendo concebida como baseada nas relações de gênero e, também, como uma questão de saúde e de direitos humanos. A violência do homem sobre a companheira e o estupro são enfatizados como problema de saúde pública, haja vista a associação que é feita junto aos maiores índices de

suicídio, abuso de drogas e álcool, queixas vagas, cefaléia, distúrbios gastrointestinais e sofrimento psíquico em geral (SCHRAIBER, 2002), necessitando ser levada a sério a atenção tanto à vítima quanto ao agressor.

A intervenção recente do poder público na área da violência tem se sustentado, basicamente, na identificação de casos e, de certo modo, isso é compreensível, visto que o próprio equacionamento de programas depende do conhecimento da extensão do fenômeno. Por outro lado, é mister reconhecer que a identificação e o conhecimento da casuística não trazem qualquer forma de auxílio para estes casais.

Concorda-se com Marques (2001) quando afirma que o apoio aos cônjuges é uma necessidade imediata, derivada de questões concretas do dia-a-dia. A ausência ou escassez de programas de assistência põe em curso as intervenções de cunho punitivo, que são passíveis de aplicação imediata.

De um modo geral, o que se observa é que os estudos têm como foco traçar o perfil do vitimado, os tipos de violência, o número de denúncias feitas, enfim, informações importantes “por se tratar de um quadro epidemiológico da violência conjugal, mas não suficiente para a compreensão qualitativa de um funcionamento familiar que, certamente, está comprometido com a situação”. (MARQUES, 2001, p. 54).

De acordo com Gelles (1997), para tratar da violência conjugal, é preciso adotar uma abordagem que alguns autores qualificam como empática, o que não implica endossar ou minimizar a responsabilidade do agressor, mas sim, entender o ato violento como resultado de elementos associados à condição psicológica e social do agressor. Também é importante observar e considerar características na dinâmica da relação que pode precipitar conflitos que culminam na explosão da violência. Essa forma psicodinâmica de observação e ação sobre a violência colabora para que não se incorra no simplismo da culpabilização e no risco de se exercer uma violência que pode ter efeitos androgênicos.

Os recursos potenciais de cada um dos envolvidos na violência conjugal devem ser acionados e, mais do que isso, deve-se acreditar que eles existem para que se promovam intervenções baseadas na promoção de mudanças. Nunca é demais lembrar que o princípio básico de *proteção* deve ser prioritário. Nem sempre a proteção pressupõe afastamentos, e sim, a promoção de encontros, conversas, reflexões conjuntas criando-se um pólo de ajuda, por meio de um processo reflexivo. Cabe ressaltar que, em posse do perfil singular de cada agressor, o trabalho com casais em situação de violência pressupõe o valor da multidisciplinaridade em prol de uma visão mais completa da situação apresentada.

É importante reconhecer que há, ainda, um longo caminho a percorrer, caminho este

que deve conduzir no centro, os agressores, responsáveis que são pelas agressões físicas – que se quer banir – às mulheres e portadores de angústias e demandas que é necessário atender.

Tendo em vista que o tema da violência conjugal é recente<sup>1</sup> no Brasil – os programas pioneiros foram instalados há apenas cerca de 20 anos – é fácil constatar que os profissionais contam com pouca experiência e formação insuficiente. Somadas à ausência de uma política que oriente sua intervenção, o campo termina dominado pela experimentação e pela casuística. A aceitação da punição física é ampla. Desde que eliminados certos excessos, há um abrandamento punitivo de geração a geração e as razões invocadas para punir o companheiro agressor apontam sempre para a necessidade de inculcar valores oriundos da tradição. Duas descontinuidades merecem registros: a figura paterna não ocupa um lugar tão central quanto há 25 anos e as redes de relação social estão mais reduzidas. São alterações que respondem a mudanças sociais próprias do período. (DUARTE, 2001)

Segundo relatório realizado pela OMS, em 1998, alguns agressores viveram em um ambiente familiar onde presenciaram mães, avós e irmãs sendo vítimas da violência e, ao se tornarem adultos, passaram a reproduzir a violência familiar do seu cotidiano. Sendo assim, as ações de intervenção devem ser planejadas com base na realidade local para que o trabalho alcance respostas positivas. Ambientes calcados em dinâmicas violentas têm maior probabilidade de constituírem personalidades reprodutoras das ações agressivas. (OMS, 1998)

Para Sluski (1997), a cooperação atrelada a uma finalidade comum configura um trabalho integrado em que se conta com a disponibilidade dos profissionais de se articularem. São funções da rede: propiciar campanha social, vivências e sentimentos, apoio emocional, ajuda material e serviços, bem como acessos a novos contatos. Se for levado em conta que um dos grandes desafios no trabalho com violência conjugal é o de se romper com o isolamento social que se impõem, tornando o trabalho dentro desta perspectiva de prioritário.

Com base no exposto neste capítulo, entende-se que seja fundamental criar e fortalecer os espaços de atenção a todos os envolvidos em violência doméstica, incluindo vítimas e agressores, com equipes de assistência multidisciplinar. Com isso, as vítimas terão oportunidade de recuperar a sua auto-estima e confiança, e os agressores poderão aprender a dominar a própria violência.

Para que o agressor possa resgatar a auto-estima e compreender as possibilidades e variáveis da violência e sua erradicação, é necessário entender o funcionamento humano e, principalmente, a constituição do sujeito.

---

<sup>1</sup> Faze-se referência à exposição da problemática em público e por entidades e não quanto a sua existência nas relações conjugais.

## 2.5 CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Para falar do comportamento agressivo do homem sobre a mulher, é fundamental compreender este sujeito de ação e como ele se constitui. Como se tem o entendimento de que as causas de agressões vão além de aspectos sociais, econômicos e culturais, ou seja, que há um fator que é concernente à estruturação da personalidade, aborda-se este assunto, neste capítulo, utilizando, para isso, autores diversos, porém com ênfase a autores com fundamentação teórico-psicossocial com base no Psicodrama.

Conforme Greenberg e Mitchel (1994, p.74) citando Sullivan,

tudo que se pode achar na mente humana foi colocado lá pelas relações interpessoais, excetuando apenas as capacidades de receber e elaborar as experiências relevantes. Essa afirmação pretende ser antítese de qualquer doutrina de instintos humanos.

### 2.5.1 Matriz de identidade

O processo de desenvolvimento do indivíduo recém-nascido se encontra na matriz de identidade, o que constitui “a base psicológica para todos os desempenhos de papéis” e lança os alicerces do primeiro processo de aprendizagem emocional da criança. (MORENO, 1993, p. 24)

A matriz de identidade é o universo indiferenciado onde o indivíduo vive imediatamente após o nascimento. “Essa matriz é existencial e pode ser considerada o *locus* de onde surgem, em fases graduais, o eu e suas ramificações, os papéis. Os papéis são os embriões, os precursores do eu, e esforçam-se por se agrupar e unificar” (MORENO, 1993, p. 25, grifo no original). A matriz de identidade é responsável pela organização das primeiras vivências, transmitindo a herança cultural e influenciando diretamente a organização psicológica e social da criança.

A matriz de identidade constitui, para Aguiar (1990), um caso particular de vínculo residual, ou seja, de vínculos vividos no passado e que se encontram desativados, existindo somente no plano da fantasia; alguns permanecem apenas como lembranças; outros, porém, se perpetuam, constituindo modelos relacionais<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Estes modelos são explicados no senso comum como a repetição de atos aprendidos na infância.

É por meio da matriz de identidade que se entende que o ser humano não nasce predestinado e que seus comportamentos e atitudes fazem parte de resultantes das características internalizadas em sua personalidade. Moreno (1972, p. 169) se refere às experiências do indivíduo dizendo que “não há como se ocupar ou compreendê-lo como ser independentemente da situação sociométrica em que vive e na qual se encontra, pois está implicado por um sistema de atrações e rejeições de que é objeto por parte dos outros indivíduos”.

### 2.5.2 Desenvolvimento de papel e espontaneidade como saúde na relação

Neste item, se faz referência a papéis e espontaneidade, dando mais ênfase à teoria do psicodrama. Assim, papel é toda função acompanhada de um conjunto mais ou menos característico de condutas próprias para aquela função, que se desempenha em um dado momento de sua vida; “é a forma de funcionamento que assume um indivíduo no momento específico em que reage diante de uma situação específica na qual estejam envolvidas outras pessoas ou outros objetos” (MORENO, 1972, p. 29). Ainda para o mesmo autor, a partir da interação que o bebê inicia com o mundo social, têm-se as unidades culturais de conduta ou aquilo que é denominado como papel. Embora haja algo de permanente nas pessoas em diferentes situações, a forma de se executar sua função em determinados papéis não é a mesma em todas as situações.

Os papéis, para Bustos (1982), estruturam o ego em suas trocas com o meio ambiente. A zona de interação entre o ego e o mundo exterior está estruturada em forma de papéis. Cada papel se relaciona com complementares de outras pessoas por meio de vínculos. O mesmo autor explica, ainda, que todo conflito é incorporado por meio de um papel, por exemplo, o de filho com seu complementar: mãe ou pai. Alguns papéis não têm uma determinação cultural clara, como o do agressor; pois não é tão evidente. Embora a sociedade perceba uma série de sinais que podem orientar quanto a este papel, o agressor, necessariamente, não compreende suas ações e comportamento da mesma forma.

Como exemplo, pode-se mencionar um indivíduo que, no papel de um filho hipersensível diante de um pai supercrítico, poderá apresentar condutas afins em suas relações com outras figuras de autoridade. Isso ocorre, porque, para se desprender dos complementares primários, a criança necessita de apoio indispensável para superar a angústia da separação e

retomar à espontaneidade. Isso significa ter capacidade psicológica para não repetir respostas ou ações em dados momentos ou situações. Entretanto, quando o indivíduo se vir perante uma determinada situação, utilizará ou não o fator “espontaneidade como guia, apontando-lhe que emoções, pensamentos e ações são mais apropriados” (MORENO, 1993, p. 136). Assim, o homem que repete as agressões contra a companheira denuncia que não está conseguindo se desprender dos complementares primários que interditaram sua espontaneidade, dificultando sua capacidade de compreensão do comportamento agressivo que incide sobre a mulher.

Quanto mais forte o conflito, mais incapacitante o resultado e maior número de papéis são afetados, favorecendo a falta de diferenciação entre o eu e os outros. Isso porque todo estímulo externo que desencadeie esta dinâmica originará condutas que correspondem à relação com este complementar interno patológico. (MORENO, 1993)

Na falta desta condição, da espontaneidade como forma de saúde psicológica, conforme Bustos (1982), o mundo das relações fica povoado de confusão, não há limites entre o eu e o não-eu, não há consciência de vínculos. O indivíduo tem bloqueado e afetado seus aspectos internos de ordem psico-emocionais, revelando-se parte constitutiva permanente dos vínculos que produzirá na vida adulta, manifestos por inadequação em diferentes graus na relação com sua companheira, provocando respostas ou atitudes de acordo com as experiências primárias, e não só com os estímulos externos e atuais. Diminui a capacidade de reações espontâneas, ou seja, adequadas e saudáveis, aumentando a ansiedade e fomentando comportamentos mórbidos, repetitivos e violentos.

### 2.5.3 Personalidade e capacidade de relacionamento

Com base na compreensão de que a personalidade é desenvolvida a partir das relações, e estas, por sua vez, manifestam características apreendidas na cultura<sup>3</sup>, nas crenças e nos vínculos afetivos, também se entende que, no desenvolvimento da personalidade, o fator da espontaneidade demonstra função psicológica de organização emocional no indivíduo, e que esta se refletirá na capacidade de viver com sua companheira sem que, necessariamente, produza ações ou reações expressas por atos de agressividade.

Pode-se levar em consideração que

---

<sup>3</sup> Conforme visto na teoria da Matriz de Identidade do Psicodrama.

A identidade de um dado indivíduo se estabelece com o entrecruzamento de seus vários pertenceres. Poderemos ter uma idéia de quantas compatibilizações dele se exige para que ele possa encontrar uma posição confortável dentro do fluxo da vida. O virtual desconforto, se por um lado pode ser compreendido a partir desta perspectiva quantitativa torna-se ainda mais significativo quando se aprecia o aspecto qualitativo, mercê dos conflitos e das contradições que permeiam os relacionamentos (AGUIAR, 1990, p. 202).

Mas o que levaria o homem a agredir a companheira? O que o impulsiona a esta ação? Pode-se entender que este indivíduo possui características, crenças e aspectos agressivos e amorosos e também traços referentes a características funcionais experimentadas em sua matriz de identidade quando em desenvolvimento. Segundo Prado (2005, p. 159),

Podemos pensar que o ser Humano não é nem mal e nem bom – ele tem potenciais para o amor e para a violência, os quais vão desenvolver-se a mais ou a menos, dependendo de suas relações ao longo da vida, de seu específico contexto pessoal, familiar, social e histórico. Uma vez constituída sua personalidade – com traços mais amorosos ou mais agressivos, conforme as circunstâncias de suas primeiras relações –, carregará consigo pela vida afora esse modelo predominante de funcionamento.

O clima afetivo registrado a partir da relação com seus cuidadores imprimiu e potencializou características na forma de expressar e se colocar na relação com sua companheira. Quando a agressão à mulher companheira é a resposta apresentada por meio de seu comportamento, entende-se que este indivíduo, na sensação de incompletude desenvolveu uma angústia neurótica, ou seja, uma atitude promovida por sentimentos deturpados e repetitivos e alienados que manifestam seu ódio ou potencialidade destrutiva por meio da agressão sobre a companheira. (PRADO, 2005)

A existência deste conflito de sentimentos, mais expressivamente o amor e o ódio, deterioram a compreensão das suas necessidades psicológicas, no papel de companheiro, comprometendo sua ação de amar e ser amado. Dias (1987, p. 41) afirma que “esse indivíduo vai começar a procurar no seu mundo externo uma complementação para aquilo que sente faltar dentro de si mesmo”.

A tendência a tratar os outros da mesma forma como se foi tratado é profunda na natureza humana. Uma proporção significativa de crianças que sofreu abuso e rejeição cresce e perpetua o ciclo de violência familiar, continuando a responder às situações sociais com os mesmos modelos de comportamento desenvolvido durante a infância. Assim, quando o homem agride, mas não sabe por que, está demonstrando que sentimentos, emoções e ações, de maneira imperceptível à sua consciência, produzem atitudes que denunciam conteúdos camuflados que aparecem na maneira de se posicionar na relação com a companheira. O ser



humano fica com fendas emocionais na constituição de sua personalidade, que se rompem da totalidade de seu ego e alimentam as atitudes agressivas em determinadas situações com a companheira. (BOWLBY, 1989)

A capacidade de identificação é um relevante elemento na relação conjugal. De acordo com Klein (1968), somente se o indivíduo tiver condições para identificação e diferenciação com a companheira chegará a se descuidar e, até certo ponto, sacrificar seus próprios sentimentos e desejos, antepondo, assim, temporariamente, as razões, compreensões, emoções e atitudes da companheira sem que, necessariamente, as inflijam suas reservas psicológicas a ponto de responder da única maneira que sabe que é por meio da agressão.

Uma premissa fundamental, para Rogers (1990), é a de que o agressor usou sua experiência para se definir e, portanto, apresenta condições de estabelecer uma estrutura por meio da qual poderá construir e modificar suas opiniões a respeito de si mesmo, levando-o a uma modificação de interpretação dos sentimentos e emoções culminando numa adequação de seu comportamento violento à atitude consciente e pulverizada com relação ao desencadeamento de ações agressivas. Aos poucos, este homem pode de desalienar de sua conduta agressiva, tornando-se mais consciente no vínculo com a mulher.

Ainda para Rogers (1990), essa tendência se desenvolve à proporção que a pessoa descobre que pode confiar nos seus próprios sentimentos e reações, ou seja, que os seus próprios impulsos profundos não são de caráter destrutivo nem catastrófico, que não tem necessidade de permanecer guardada, mas que é capaz de enfrentar a vida tendo como ponto de partida uma base real. Assim, à medida que aprende que pode confiar em si mesmo, com o seu caráter único, sente-se mais capaz de confiar na companheira, bem como de aceitar os sentimentos e os valores únicos que existem na companheira.

Então, homens que apresentam dificuldade de diferenciar seus conteúdos internos ostentando negações, privações, neuroses, desequilíbrios, inadequações e, por fim, produzem ações agressivas sobre a companheira, necessitam evoluir emocionalmente para uma compensação destes impulsos destruidores, primários e infantis para uma perspectiva mais positiva de si na vida.

Freud (1940) considerava que a pessoa procurava satisfazer, por meio da agressão, suas pulsões psicofísicas subjacentes e, para isso, tinha o seu objeto sobre o qual esvaziava sua agressão como forma de expressão que permite a satisfação da finalidade que está originalmente em si, mas não o sabe: raiva, por exemplo, de ter sido abusado ou rejeitado na infância e que, necessariamente, não está perceptível à consciência, o que não deixa de interferir em suas atitudes.

Existe uma complexa gama de fatores relacionados à dinâmica da violência conjugal que afeta diretamente não só a vítima da agressão, como também o agressor, o que exige que ambos sejam ouvidos para que possam ser feitas intervenções que contribuam para a restauração do vínculo conjugal comprometido pela violência.

Nesse sentido, esta pesquisa enfoca um grupo de agressores aos quais foi dada a oportunidade de falar sobre os motivos que os levaram a agredir suas companheiras. No próximo capítulo, relata-se a metodologia que se adotou para o encontro com o sujeitos-foco desta pesquisa, bem como para a análise das informações coletadas.

### 3 METODOLOGIA

O caminho metodológico constituiu-se de elementos necessários para direcionar a pesquisa para o alcance dos objetivos propostos, ou seja, para identificar as causas da agressão conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem agressor. Assim, se optou por realizar uma pesquisa descritiva exploratória com abordagem qualitativa.

#### 3.1 O LOCAL DO ESTUDO

Realizou-se esta pesquisa em um Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar, em um município de Santa Catarina. O referido Programa, mantido pela Secretaria de Assistência Social da Criança e Adolescente do município em foco, também se constitui em um centro de apoio às famílias em situação de violência doméstica e intrafamiliar. Tem como objetivo acolher e apoiar famílias, buscando garantir seus direitos e propiciar condições de fortalecimento da auto-estima e autonomia pessoal e social.

O Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar conta com uma equipe formada por 01 gerente de proteção especial, 01 coordenação, 02 assistentes sociais, 02 psicólogos, 01 operadora de serviços administrativos, 01 motorista e 03 estagiárias curriculares.

O programa adota a acolhida, a escuta, a abordagem individual com a mulher, com os filhos e com o homem, oferecendo, para tanto, atendimento psicológico, atendimento coletivo/familiar (com o casal e/ou com os filhos e familiares), atendimento interdisciplinar, apoio jurídico e Serviço Judiciário da Universidade local), reuniões socioeducativas (ação interdisciplinar) - mulheres e homens e reuniões socioeducativas (ação interdisciplinar) - mulheres e homens. Disponibiliza uma casa-abrigo que possui como público-alvo mulheres e seus filhos menores de 18 anos com risco à sua integridade física e que não possuam familiares em condições de acolhê-los.

As formas de acesso à casa-abrigo são: o Centro de Apoio, a Delegacia de Proteção à Mulher e os Conselhos Tutelares. Para atingir o objetivo de acolher e proteger as mulheres e seus filhos e lhes oferecer condições para o desenvolvimento de sua autonomia pessoal e social, bem como para o fortalecimento da auto-estima, a casa conta com uma equipe

composta por 01 gerente de proteção especial, 01 coordenação, 05 orientadoras sociais, 01 cozinheira e 01 auxiliar de serviços gerais.

Em relação ao atendimento prestado aos homens pelo Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar, ocorrem ações socioeducativas realizadas mensalmente que incluem: exercícios de percepção corporal, reflexão, estudo e troca de experiências, atendimento coletivo e fortalecimento do convívio. As ações socioeducativas com mulheres são realizadas duas vezes por mês, com ações de: exercícios de percepção corporal, reflexão, estudo e troca de experiências, atendimento coletivo e fortalecimento do convívio.

As ações socioeducativas são desenvolvidas por uma equipe interdisciplinar, com dinâmicas, palestras, vivências e atividades de expressão corporal que enfocam vários temas, como: saúde, capacitação profissional, política, relações familiares e de gênero, auto-estima e assuntos de interesse do grupo.

### 3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram 11 (onze) homens que se envolveram com violência conjugal e que participam voluntariamente de um programa de atenção à violência doméstica e intrafamiliar em um município de Santa Catarina. Os participantes foram devidamente informados sobre a pesquisa e seus objetivos. Além disso, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo II), elaborado em consonância com o que prescreve a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Para a coleta de dados esta pesquisa optou-se pela técnica do grupo focal, definida por Mattar (1996, p. 64) como uma técnica pouco estruturada, “conduzida por um moderador experiente, simultaneamente, com um pequeno número de participantes para obter dados sobre determinado assunto focalizado”. Infere-se que o moderador pode ter experiência ou não e que, independente disso, o papel por ele desempenhado é fundamental. Segundo Mattar (1996), cabe a ele incentivar a participação de todos, deixando-os à vontade e incentivando-os a falar para compreender seu tipo de linguagem, evitando que apenas alguns participantes dominem a reunião. Considerada de abordagem rápida, exigindo menos tempo e, geralmente, menos custos que outras técnicas, a técnica do grupo focal permite a obtenção de dados de natureza qualitativa a partir de sessões em grupo em que pessoas que compartilham alguns traços comuns discutem aspectos de um mesmo assunto. Permite, também, a identificação e o levantamento de opiniões do grupo em um tempo relativamente curto, otimizado pela reunião desses participantes e pelo confronto de idéias que se estabelece, assim como pela

concordância em torno de uma mesma opinião, que permite conhecer o que pensam sobre o assunto focado.

As principais razões da utilização de grupos focais como técnica de análise qualitativa é, entre outras, de acordo com Debus (1986), a interação que ocorre entre as pessoas, pois isso oportuniza respostas mais ricas, como também permite um aporte de idéias novas e originais.

Bauer e Gaskel (2002) apontam algumas características do grupo focal:

- Uma sinergia emerge da interação social, ou seja, o grupo passa a ser mais do que a soma de suas partes;
- Permite observar o processo do grupo, a dinâmica da atitude, bem como a mudança e a liderança de opinião;
- Pode apresentar um nível de envolvimento emocional que dificilmente existe em uma entrevista a dois.

A entrada em campo para a coleta de dados ocorreu após a solicitação de consentimento (Anexo I) à gerente de proteção especial do Programa para a realização da pesquisa, a quem se explicaram os objetivos pretendidos com a realização da pesquisa.

A coleta de dados ocorreu em clima de espontaneidade, pois foi permitido aos participantes se expressarem livremente, apenas sendo necessário realizar inferências breves para a continuidade das falas. A esse respeito, Lüdke e André (1986, p. 34), referem que, a partir do momento “[...] em que houver um clima de estímulos e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica”. Gravaram-se as falas dos sujeitos da pesquisa em fitas K7 para que não se perdessem dados relevantes, não se comprometesse a originalidade dos conteúdos escolhidos e se retratasse as informações com maior fidedignidade possível.

Utilizou-se, também, como instrumento de coleta de dados a observação participante que, para Zago (2003, p. 189), “[...] é um mergulho profundo na vida de um grupo com o intuito de desvendar as redes de significados produzidos e comunicados nas relações interpessoais.” No sentido apontado pelo autor, a observação possibilita ao pesquisador observar o debate e obter conhecimento direto dos comportamentos, atitudes, linguagem e percepções do grupo.

Com a participação dos profissionais do Programa, os sujeitos da pesquisa foram distribuídos em dois grupos (um de seis e outro de cinco participantes). Adotou-se este procedimento para atender o que preceituam Bauer e Gaskel (2002, p. 79): “O grupo focal tradicional compreende de seis a oito pessoas desconhecidas anteriormente, que se encontram em um ambiente confortável por um tempo entre uma a duas horas”.

Em relação ao tempo de duração da técnica do grupo focal, Mattar (1996, p. 66) aconselha que seja de, no mínimo, uma hora e trinta minutos e, no máximo, de três horas, para permitir que a questão em estudo seja completamente discutida.

O encontro com os grupos ocorreu no local onde eles se reúnem voluntariamente uma vez por mês, ou seja, na sede do Programa do qual participam orientados por profissionais do referido programa. O encontro com o primeiro grupo – o qual se denominou de Grupo A – teve a duração de uma hora. O segundo grupo – o qual se denominou de Grupo B – durou, igualmente, uma hora. O desenvolvimento da pesquisa com os grupos focais ocorreu de outubro a dezembro de 2005.

No dia do encontro, os sujeitos da pesquisa se dirigiram, acompanhados dos profissionais do Programa de Atenção à Violência Doméstica e Intrafamiliar, à sala onde se aplicaria a técnica do grupo focal e ocuparam as cadeiras previamente dispostas em círculo para recebê-los. Pelo fato de o moderador não fazer parte do Programa, foi providencial que os profissionais os recepcionassem para, a seguir, dar-se continuidade à aplicação da técnica do GF. Segundo Bauer e Gaskel (2002, p. 79), os participantes e o moderador devem sentar “[...] num círculo, de tal modo que possa haver um contato frente a frente entre cada um”. Uma vez acomodados, os sujeitos da pesquisa entreolharam-se e, demonstrando expectativa, viraram-se em meio corpo e olharam para o pesquisador, também denominado, no grupo, de moderador.

Após a apresentação, os profissionais do Programa se retiraram e passaram a palavra ao moderador do grupo. Cumpriu-se, a primeira etapa com o grupo: fez-se a apresentação do pesquisador, bem como se apresentaram o assunto e a idéia de uma discussão grupal. Na seqüência, se pediu a cada participante que se apresentasse dizendo o nome. A cada apresentação, se agradecia pronunciando o nome do participante, sujeito da pesquisa, e se reafirmava o reconhecimento de gratidão pelo mesmo estar colaborando com a pesquisa no grupo focal. Durante esse procedimento, anotou-se o nome dos participantes e posição que ocupavam no círculo, formando, assim, o que Bauer e Gaskel (2002) chama de “tópico guia”.

Após as apresentações, fez-se uma abordagem sobre ética, respeito e sigilo a fim de aquecer o grupo para a participação na técnica do grupo focal. Sobre sigilo e ética, no Brasil, a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) determina questões éticas que envolvam pesquisas com seres humanos:

- O consentimento livre e esclarecido do indivíduo-alvo, o qual deverá ser tratado pelo pesquisador em sua dignidade, ser respeitado em sua autonomia e defendido em sua vulnerabilidade;

- O comprometimento em trazer o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos ao indivíduo-alvo;
- a relevância social da pesquisa, tendo sempre em vista a sua destinação sócio-humanitária;
- O respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos;
- A liberdade de o indivíduo retirar seu consentimento em qualquer momento sem que seja penalizado por isso;
- A garantia do anonimato, da privacidade, da confidencialidade e da proteção da imagem dos sujeitos participantes do estudo;
- O esclarecimento sobre o objeto de investigação e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo;
- A garantia de que as informações fornecidas serão utilizadas, exclusivamente, para fins de pesquisa. (BRASIL, Resolução 196/96).

Esta pesquisa, além de ter seguido as normas do CNS, teve o seu projeto aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina sob nº 221/05 (Anexo IV).

Assim, feitas as apresentações do moderador e dos sujeitos da pesquisa, iniciou-se, a discussão com o lançamento a todos da pergunta:

**O que te levou a agredir a mulher, tua companheira?**

Durante toda a discussão, incentivaram-se os participantes a falar, sob sua ótica, sobre os motivos que os levaram a agredir a companheira e a responderem aos comentários dos outros membros do grupo.

### 3.3 TIPO DE PESQUISA

Para identificar as causas da agressão conjugal contra a mulher a partir da ótica do agressor, desenvolvemos uma pesquisa descritiva exploratória com abordagem qualitativa.

A pesquisa descritiva foi definida por Polit e Hungler (1995, p.119) como aquela cujo propósito é o de observar, descrever e explorar aspectos de uma situação. Gil (1991) argumenta que algumas pesquisas descritivas, tem por objetivo estudar as características de um grupo, levantando as opiniões, atitudes e crenças de uma população.

As pesquisas exploratórias, “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado

especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionais” (GIL, 1991, p. 45). É indicada ainda, quando o tema escolhido é bastante genérico.

As informações foram coletadas a partir da técnica de Grupos Focais, que é uma estratégia metodológica que nos mostra o significado de um determinado fenômeno a partir da compreensão das falas desses grupos. Bauer e Gaskell (2002, p. 69-70) argumentam que “[...] o objetivo da pesquisa qualitativa é apresentar uma amostra do espectro do ponto de vista”, ou seja,

[...] não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão [...] sendo que, em um meio social específico, [...] estamos interessados em descobrir é a variedade de pontos de vista no assunto em questão [...] e especificamente o que fundamenta e justifica esses diferentes pontos de vista. (BAUER E GASKELL, 2002, p. 69-70)

Sendo assim, o foco da investigação recai sobre homens que praticaram violência contra a mulher, e o interesse é identificar e descrever as causas que os levaram a isso. Ainda em relação à pesquisa qualitativa, Minayo (1998, p. 21-22) afirma que a mesma

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Com base no que descreve Minayo (1998), esta pesquisa não se preocupará com a distribuição numérica ou quantificadora das opiniões ou experiências dos sujeitos da pesquisa, uma vez que os números não são relevantes para a compreensão das razões apontadas pelos sujeitos para o seu comportamento agressivo em relação à mulher.

### 3.4 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados para esta pesquisa, optou-se pela técnica do grupo focal, definida por Mattar (1996, p. 64) como uma técnica pouco estruturada, “conduzida por um moderador experiente, simultaneamente, com um pequeno número de participantes para obter dados sobre determinado assunto focalizado”. No que se refere à participação de um moderador experiente, Albrecht (1995, p. 113) tem opinião diversa da de Mattar, pois, para ele, “qualquer pessoa razoavelmente capaz pode usar”.



Infere-se que o moderador pode ter experiência ou não e que, independente disso, o papel por ele desempenhado é fundamental. Segundo Mattar (1996), cabe a ele incentivar a participação de todos, deixando-os à vontade e incentivando-os a falar para compreender seu tipo de linguagem, evitando que apenas alguns participantes dominem a reunião. Além disso, Mattar (1996, p. 65) afirma que “sua principal função é focalizar a atenção dos participantes para determinada experiência e, a partir dela, obter os dados desejados” e interpretá-los.

Considerada de abordagem rápida, exigindo menos tempo e, geralmente, menos custos que outras técnicas, a técnica do grupo focal permite a obtenção de dados de natureza qualitativa a partir de sessões em grupo em que pessoas que compartilham alguns traços comuns discutem aspectos de um mesmo assunto. Permite, também, a identificação e o levantamento de opiniões do grupo em um tempo relativamente curto, otimizado pela reunião desses participantes e pelo confronto de idéias que se estabelece, assim como pela concordância em torno de uma mesma opinião, que permite conhecer o que pensam sobre o assunto enfocado.

As principais razões da utilização de grupos focais como técnica de análise qualitativa é, entre outras, de acordo com Debus (1986), a interação que ocorre entre as pessoas, pois isso oportuniza respostas mais ricas, como também permite um aporte de idéias novas e originais.

Bauer e Gaskel (2002) apontam algumas características do grupo focal:

- Uma sinergia emerge da interação social, ou seja, o grupo passa a ser mais do que a soma de suas partes;
- Permite observar o processo do grupo, a dinâmica da atitude, bem como a mudança e a liderança de opinião;
- Pode apresentar um nível de envolvimento emocional que dificilmente existe em uma entrevista a dois.

Para Triviños (1987), o grupo focal possibilita ao sujeito participante discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições pré-fixadas pelo pesquisador. Esse tipo de ação para a pesquisa mantém a presença constante e atuante do pesquisador permitindo, ao mesmo tempo, a relevância da situação dos entrevistados.

Com estes dados se objetivou a construção de um conteúdo com a intenção de contribuir para um numerário racionalizado, sem corresponder apenas ao anseio de atualizar índices, fatos ou idéias, mas proporcionar discussão científica e possibilitar aos homens e mulheres que vivem em estado de conjugalidade uma compreensão sobre as possibilidades que existem de o companheiro vir a ser agressor. Também se objetivou prevenir esse participante a fim de que busque identificar, em seus históricos, conteúdos de violência, para

que, assim, possa dialogar sobre o fato e se prevenir por meio de recursos orientadores, reflexivos, psicoterapias, reuniões de casais em clubes e igrejas. Conforme Gomes (2000, p. 74), com esta técnica, pode-se caminhar, também, em direção à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo analisado.

A entrada em campo para a coleta de informações ocorreu após a solicitação de consentimento (Anexo II) à gerente de proteção especial do Programa para a realização da pesquisa, a quem se explicaram os objetivos pretendidos com a realização da pesquisa.

A coleta de informações ocorreu em clima de espontaneidade, pois foi permitido aos participantes se expressarem livremente, apenas sendo necessário realizar inferências breves para a continuidade das falas. A esse respeito, Lüdke e André (1986, p. 34), referem que, a partir do momento “[...] em que houver um clima de estímulos e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica”. Gravaram-se as falas dos sujeitos da pesquisa em fitas K7 para que não se perdessem informações relevantes, não se comprometesse a originalidade dos conteúdos escolhidos e se retratasse as informações com maior fidedignidade possível.

Utilizou-se, também, como instrumento de coleta de dados a observação que, para Zago (2003, p. 189), “[...] é um mergulho profundo na vida de um grupo com o intuito de desvendar as redes de significados produzidos e comunicados nas relações interpessoais.” No sentido apontado pelo autor, a observação possibilita ao pesquisador observar o debate e obter conhecimento direto dos comportamentos, atitudes, linguagem e percepções do grupo.

Desta forma, coletados os dados, passou-se à discussão dos mesmos.

### 3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Para proceder à análise dos dados coletados, o primeiro passo foi à transcrição das fitas K7 que continham as falas dos sujeitos da pesquisa. Essa transcrição incluiu todas as palavras faladas sem suas características paralingüísticas. Segundo Bauer e Gaskel (2002, p. 85), a análise tem o objetivo amplo de procurar sentidos e compreensões, sendo que “O que é realmente falado constitui os dados, mas a análise deve ir além da aceitação deste valor aparente. A procura é por temas com conteúdo comum e pelas funções destes temas”.

Ainda segundo os mesmos autores, a análise implica a imersão do pesquisador no *corpus*<sup>4</sup> do texto:

---

<sup>4</sup> Conjunto das falas dos sujeitos da pesquisa.

No processo de ler e reler, as técnicas tradicionais empregadas, em geral com um lápis ou outros recursos simples (canetas que realcem o texto), incluem: marcar e realçar, acrescentando notas e comentários ao texto, cortar e colar, identificação da concordância no contexto de certas palavras, formas ou representação gráfica dos assuntos, fichas de anotações ou fichários de notas, e finalmente a análise temática. Ao ler as transcrições, são lembrados aspectos da entrevista que vão além das palavras e o pesquisador quase que revive a entrevista. Esta é uma parte essencial do processo [...]. (BAUER E GASKEL, 2002, p. 85)

Prosseguem os autores dizendo que à medida que as transcrições são lidas e relidas, deve-se tomar nota das idéias que vêm à mente, conservar sempre à sua frente as finalidades e os objetivos da pesquisa e procurar padrões e conexões na tentativa de descobrir um referencial mais amplo que vá além do detalhe particular. Os autores orientam, ainda, para que se vá a busca de contradições, da maneira como as atitudes e opiniões se desenvolvem nas entrevistas e de clássicas racionalizações. À medida que a interpretação vai se processando, sugerem os mesmos autores que o pesquisador retorne ao material bruto, tanto para as transcrições quanto para as gravações. Algumas vezes, um único comentário poderá assumir repentinamente um significado importante e sugerir um novo modo de olhar; outras vezes, os dados podem reforçar a análise que está sendo feita. É fundamental, desta forma, garantir que toda a interpretação esteja enraizada nas próprias falas, de tal modo que, quando a análise é feita, o *corpus* pode ser trazido para justificar as conclusões. (BAUER e GASKEL, 2002)

Assim, debruçou-se sobre as falas dos sujeitos desta pesquisa, as quais foram lidas e relidas, marcadas e remarcadas para, em seguida, destacar trechos nos quais se considerou que havia evidências, sob a ótica dos agressores, das situações vivenciadas na relação conjugal que contribuíram para que agredissem as mulheres, suas companheiras.

A análise fundamentou-se na fala dos sujeitos de dois grupos focais participantes desta pesquisa. Embora tenham sido dois grupos focais – A e B – a análise incidiu sobre os sujeitos, ou seja, os considerou um grupo e se fará referência aos seus participantes como sujeitos do grupo focal (GF), sujeitos da pesquisa ou simplesmente sujeitos.

Para a análise dos dados obtidos no GF, analisou-se o conteúdo e categorizaram-se as respostas, criando categorias e subcategorias.

Iniciou-se, então, a análise das informações, lendo e relendo as falas dos sujeitos para determinar o ponto de partida: como se estava em busca das causas para a agressão, vista como uma ação praticada por um agente, evidenciou-se, inicialmente, “quem”, segundo os agressores, eram os responsáveis pela agressão para, em seguida, identificar a causa propriamente dita da agressão.

Reuniram-se aspectos referentes à violência contra a mulher, companheira,

identificados por meio das falas dos sujeitos, o que resultou nas seguintes categorias: “Outros”, “Ela” e “Eu”.

Nas falas dos sujeitos da pesquisa, se observou repetir-se, por vezes, a atribuição de ações a alguém como sendo o(a) responsável pela atitude que se caracterizava como agressão. Por exemplo, quando os sujeitos relataram que a discussão começava quando uma amiga perturbava a vida deles, entende-se que se referem ao “**outro**” como desencadeador ou responsável. Da mesma forma, quando o agressor explicitou que se irritava com a companheira devido ao que entendia como ofensa no momento em que ela reclamava por ele ficar no bar bebendo, entende-se que a ação se constituía na categoria “**eu**” (o agressor tinha o comportamento de beber). A categoria “**ela**” foi observada no momento em que os sujeitos do GF relataram atitude inadequada da companheira, por exemplo, quando ela agia de maneira autoritária com o companheiro.

As categorias e os subcategorias elencadas foram:

➤ Categoria: **Outros**

**Subcategoria:**

- Interferências de pessoas alheias à relação conjugal

➤ Categoria: **Ela**

**Subcategorias:**

- Presença de ações (ou atitude) inadequadas da companheira
- Domínio da mulher sobre o companheiro
- Resposta à agressão física, verbal ou psicológica da companheira.

➤ Categoria: **Eu**

**Subcategorias:**

- Hábito de beber
- Situação financeira

Nesse processo de análise, retornou-se às transcrições e às gravações, bem como se relembrou aspectos da entrevista, sem esquecer de trazer o *corpus* e o referencial teórico para justificar as subcategorias e as categorias.

## 4 RESULTADOS

Neste capítulo, descrevem-se as informações coletadas conforme já demonstrado na metodologia utilizada nesta pesquisa. Configuraram-se seis subcategorias que justificam, a partir da fala dos sujeitos do grupo focal, a agressão à mulher, companheira, que fundamentam três categorias de análise: “outros”, “ela” e “eu”.

Para identificar as categorias de análise, realizou-se levantamento das falas dos sujeitos do GF, com meticolosa e repetida leitura das falas, com empenho para a descrição e verificação destas para que dessem a condição identificatória de aspectos motivadores da ação agressiva contra a mulher companheira. Durante a sessão do GF, sempre se sugeriu que os sujeitos da pesquisa respondessem à pergunta: O que te levou a agredir tua companheira?

Considerou-se, para fins de identificação e descrição das subcategorias e das categorias, a expressiva frequência de palavras na fala dos sujeitos da pesquisa, situação ou pessoa. Desta forma, os aspectos evidenciados nas falas dos sujeitos favoreceram a compreensão sobre o que diziam em relação às atitudes que tomavam contra a companheira, de maneira que os mesmos consideraram responsáveis pela agressão praticada por eles a amiga da companheira, a sogra e a família dele, dando ênfase, em sua fala, ao que se denominou categoria “outros”.

Apresentam-se alguns aspectos relatados pelos sujeitos do GF que levaram a elencar a categoria de análise “outros”:

*“[...] aquele demônio (amiga) vai lá e come duas e você não fala nada [...]”*

*“[...] aquela mulher que vinha lá [...] fazia fofocalhadas [...]”*

*“[...] depois que ela foi morar com a mãe dela por um tempo [...] daí a mãe dela se metia.”*

*“[...] a mãe dela queria que se separasse [...]”*

*“[...] a mãe dela queria que eu pagasse pensão [...]”*

*“[...] a minha família é que ficou com muita raiva dela e bateram [...] daí ela foi pra mãe dela [...]”*

No que se refere à categoria “outros”, os sujeitos relataram aspectos referentes a outras pessoas que interferiram, segundo os próprios sujeitos, no seu relacionamento, a elas se referindo como: “*aquele demônio*” e “*aquela mulher*” (a amiga da companheira), “*a mãe dela*” e “*a minha família*”, dentre outros, conforme pode ser observado na Figura 1.

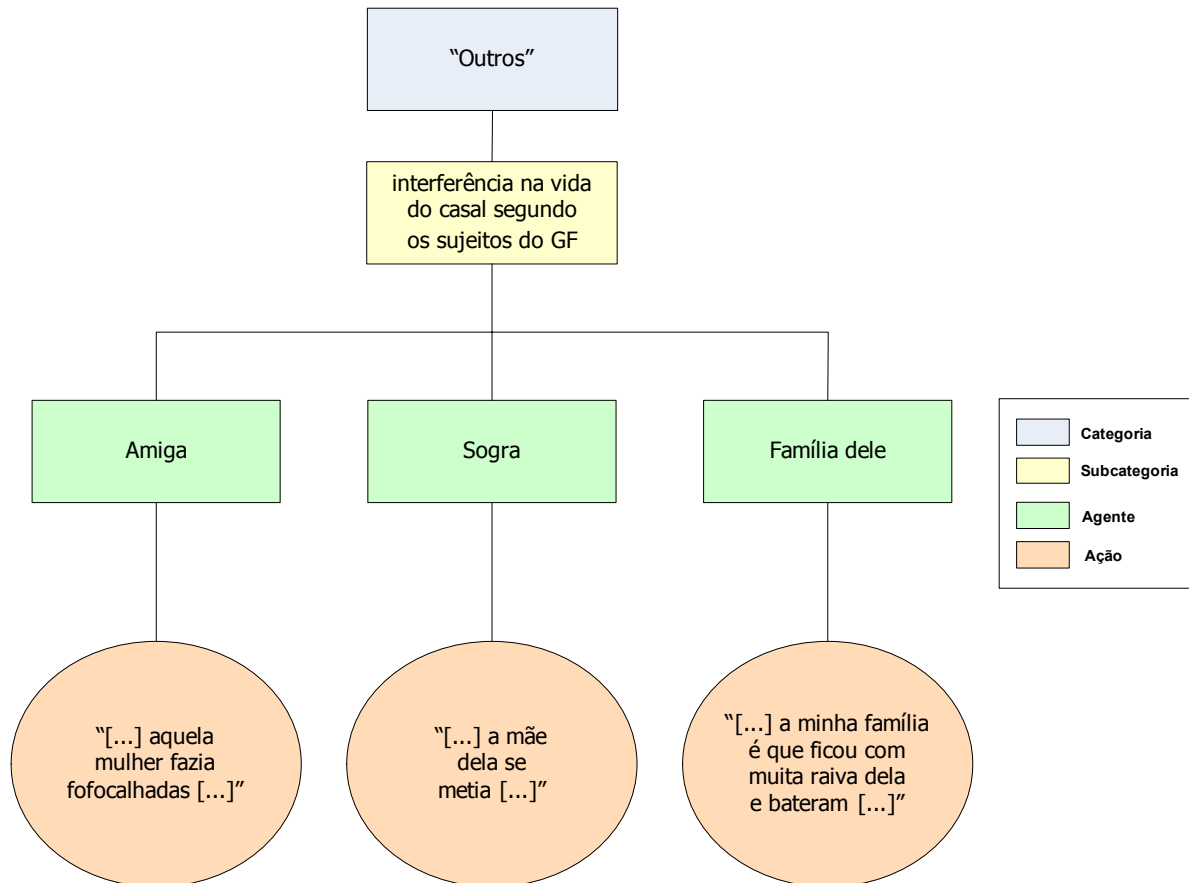


Figura 1 – Categoria “outros”, subcategorias, agentes e ações

A Figura 1 apresenta a primeira categoria de análise – “outros” – extraída da subcategoria: interferência de pessoas alheias à relação conjugal – amiga, sogra e familiares – referidas pela fala dos sujeitos do GF.

Em relação à categoria “ela”, os sujeitos do GF relataram aspectos sinalizando que consideram a mulher diretamente responsável pela motivação de ações agressivas praticadas por eles, seus companheiros. A palavra mais utilizada pelos sujeitos do GF ao mencionar essas ações foi “ela”, isto é, os sujeitos da pesquisa afirmaram que sua companheira “enche o saco”, “humilha”, “deu um empurrão”, etc., e que são essas ações que os levou a agredi-la.

Apresentam-se falas dos sujeitos indicadoras de ações praticadas pela companheira, as quais, sob sua ótica, são causadoras da violência conjugal vivenciada pelo casal:

“[...] ela sempre me enche o saco”  
 “[ela] quer tá certa”  
 “[...] ela humilha, magoa a gente [...]”

“[ela] tentou me agredir com tapas.”  
 “[ela] me deu um empurrão.”  
 “A minha mulher escutava muito os outros...”  
 “Ela quer mandar em casa; quer dominar [...]”  
 “[...] ela não queria que eu bebesse [...]”  
 “Ela queria mandar dentro de casa”.  
 “[...] me acusando que era um bêbado”.  
 “[...] ela me avançou com arma e vou me defender [...]”  
 “[...] ela se alvoroça pra cima de mim; é bem mandoninha [...]”  
 “O dinheiro; em vez dela cuidar das duas crianças; aí ela saía para fazer festa; queria quando tinha, quando não tinha aí então ... e isso foi a gota d’água para mim”.  
 “[...] ela é daquela que acha que tem de ser do jeito dela; era ela que queria mandar em casa.”  
 “[...] ela reclama que sou brabo, mas acho que ela não faz as coisas certas ... deixa a casa se é pra ir um baile; às vezes, não cuida nem do filho”.  
 “[...] ela acha que sou vadio... e que ela sabe cuidar da casa”.

Conforme apresentado, os sujeitos do GF relataram aspectos referentes a ações da mulher como sendo motivadoras para a resposta agressiva. Podem-se observar esses aspectos que dão origem à categoria “ela” na Figura 2.

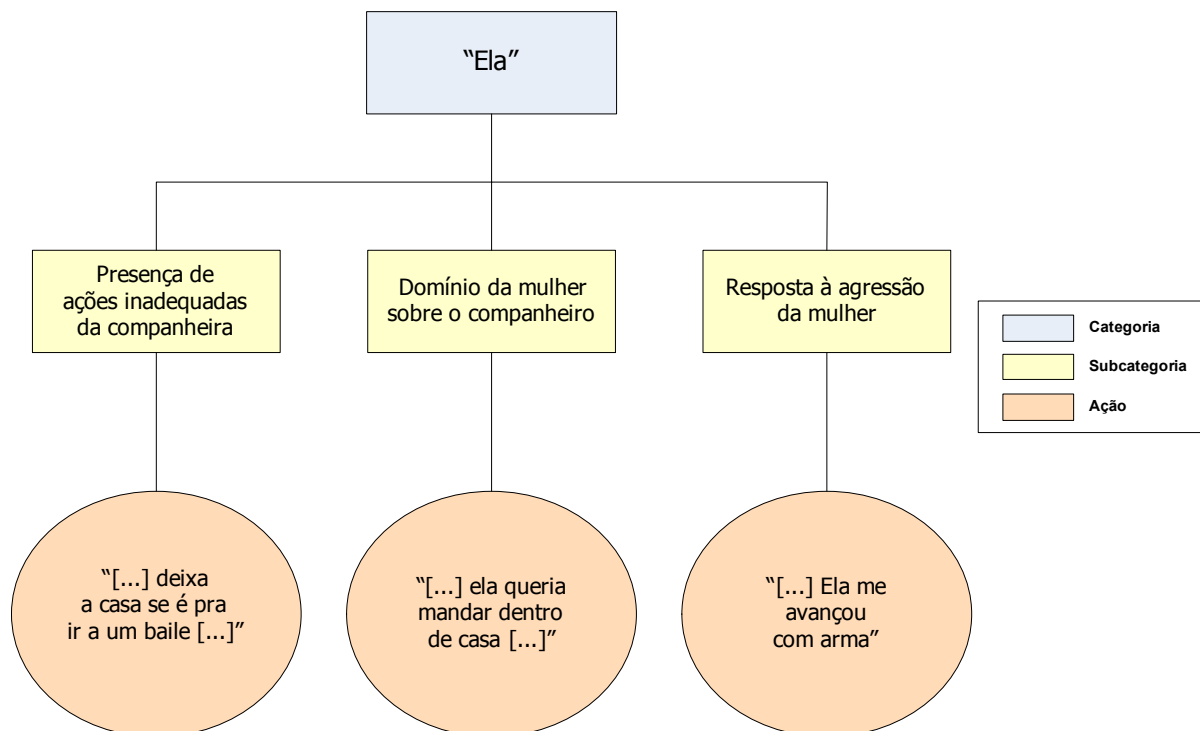


Figura 2 – Categoria “ela”, subcategorias e exemplos de ações

Na Figura 2, pode-se visualizar a segunda categoria – “ela” – advinda dos aspectos que relatam, respectivamente, a presença de ações, segundo os sujeitos do GF, inadequadas da companheira: domínio da mulher sobre o companheiro e resposta à agressão da mulher. Em outras palavras, têm-se aspectos que, sob a ótica do agressor, exercem influência sobre o seu relacionamento agressivo com a companheira.

No que tange à categoria “eu”, os sujeitos do GF relataram aspectos que indicam situações em que eles aparecem diretamente na ação reprovada pela companheira:

“[...] como é que eu não posso comer um ovo? [...] considero isso uma agressão [...]”  
 “Sabendo que eu gasto todo o meu dinheiro lá [...]”  
 “[...] nem se pode parar pra descansar no bar à noite [...]”  
 “[...] tô voltando do serviço e quero tomar um traguinho [...]”  
 “[...] agora já tá tudo mais difícil [a situação financeira] [...]”  
 “[...] nunca cheguei em casa bêbado de cair”.  
 “[...] eu tomava a minha cervejinha [...]”  
 “[...] eu tomava uma cerveja [...]”  
 “[...] situação financeira irregular [...]”  
 “[...] que o próprio problema da rua a gente traz pra casa [...]”  
 “E por causa da bebida teve os maiores problemas [...]”  
 “Eu não podia deixar ela me matar [...] tive que um dia pegar uma faca a força da mão dela ... torci o braço, senão...”  
 “Tive que dá uns tapas uma vez [...] me disse que eu tinha que trabalhar mais... ela acha que sou vadio... e que ela sabe cuidar da casa...”.

De acordo com os aspectos relatados, é possível perceber a presença do sujeito da pesquisa como agente originando a categoria “eu”. Os aspectos apresentados pelos sujeitos do GF, bem como categorias deles originadas podem ser observados na Figura 3.

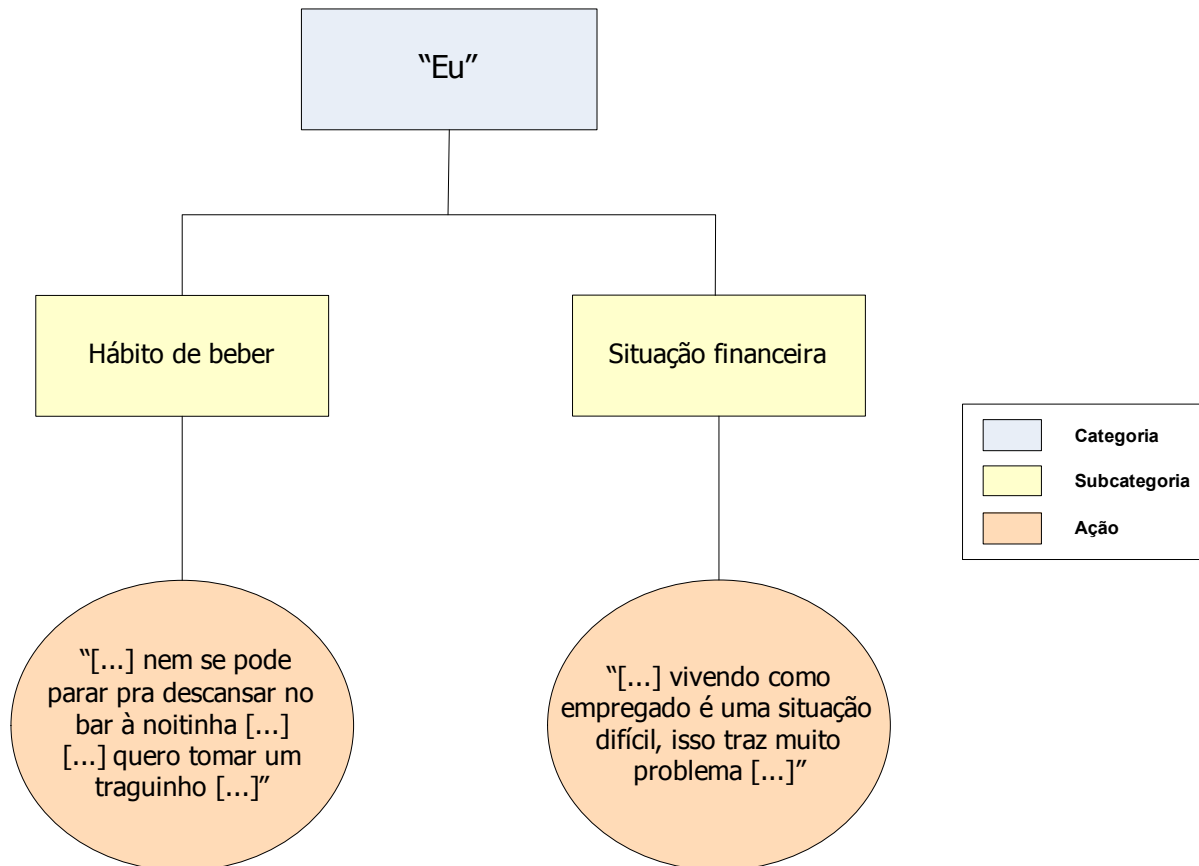


Figura 3 – Categoria “eu”, subcategorias e ações



A Figura 3 apresenta a terceira categoria de análise – “eu”, fundamentada pelas subcategorias, hábito de beber e situação financeira, relatados pelos sujeitos do GF, como razões que interferem em sua relação agressiva com a companheira.

## 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo pretende analisar os resultados da pesquisa que permitiu, de certa forma, identificar como os grupos selecionados sentem, pensam, descrevem e refletem a respeito do que acreditam ser a violência. A partir daí, essa compreensão ajudou a identificação de certos aspectos da problemática e de oferecer possibilidades de contribuir para uma compreensão mais abrangente sobre a violência conjugal e suas causas.

Assim, apresenta-se, neste capítulo, a discussão sobre o tema aqui abordado, tendo como base a fala dos sujeitos da pesquisa, a fundamentação teórica e as categorias de análise. Na Figura 4, podem-se visualizar as categorias e os suas respectivas subcategorias.

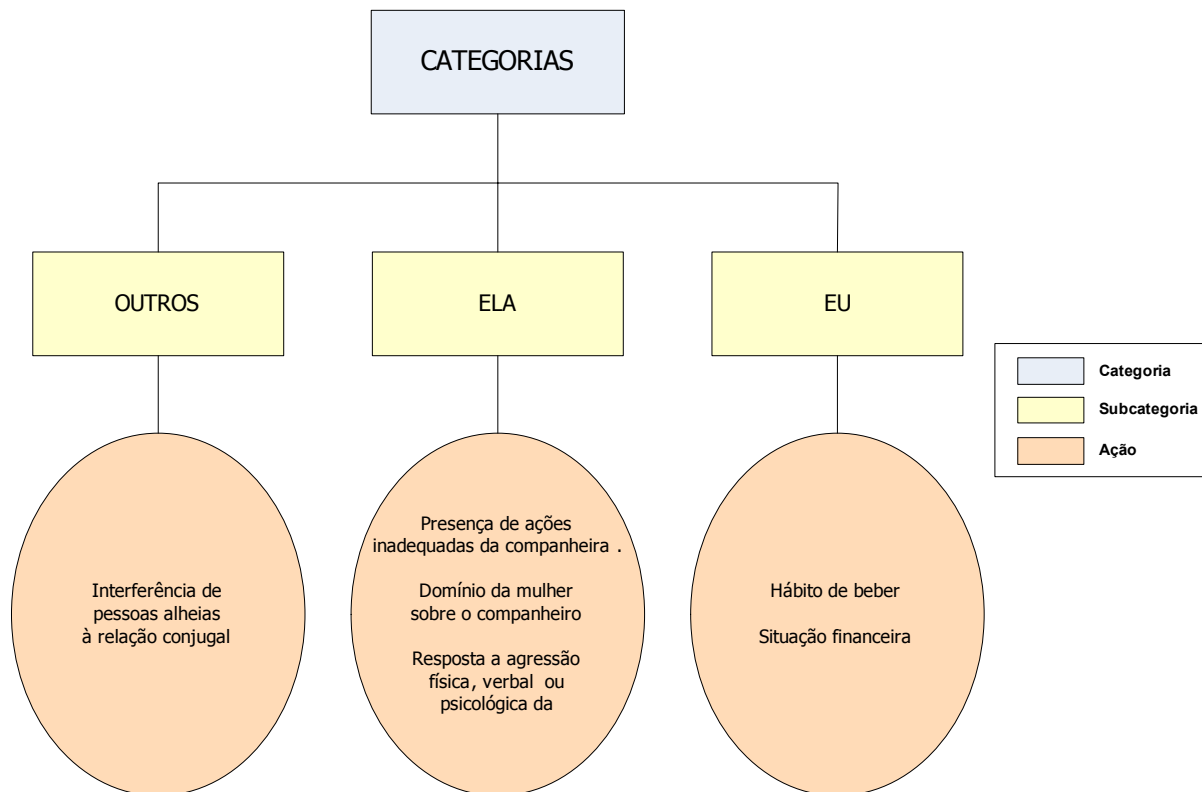


Figura 4 – Categorias e subaspectos extraídos da fala dos sujeitos do GF sobre violência conjugal

Na Figura 4, podem-se visualizar as três categorias de análise e suas respectivas subcategorias: categoria “outros”/ subcategoria um (interferência de pessoas alheias à relação conjugal); categoria “ela”/ subcategorias presença de ações inadequadas da companheira, domínio da mulher, resposta à agressão física, verbal ou psicológica da companheira; e categoria “eu”/ subcategorias hábito de beber e situação financeira.

Discutem-se a seguir as categorias e as subcategorias apresentadas na Figura 4.

## 5.1 CATEGORIA: “OUTROS”

Inicia-se a discussão sobre a categoria “outros” explanando sobre a subcategoria **interferências de pessoas alheias à relação conjugal**.

Os sujeitos do GF deixaram transparecer, em suas falas, que a interferência de outras pessoas contribuiu sobremaneira com a situação de conflito conjugal vivenciada. Reclamaram da influência de outras pessoas no relacionamento conjugal e deram ênfase, em seus relatos, a essas pessoas. A maior parte das falas de um dos sujeitos do GF foi direcionada para uma amiga da companheira:

*“[...] é que a minha mulher escutava muito os outros lá de fora ... eu sabia que aquela mulher que vinha lá, que dava ... Fazia fofocalhadas [...] o demônio ia lá [...] e aquele demônio ali vai lá [...] e você não fala nada. Daí eu virava num bicho [...] e uma diaba lá dentro de casa enchendo a cabeça da minha mulher ... e pior que ela acredita e se inferniza, né ...”*

Como mostram as palavras citadas, os sujeitos do GF se referiram à “amiga” utilizando as palavras “*demônio*” e a palavra “*diaba*” sobre as quais se tem a concepção que expressam descontentamento com a presença dessa mulher em sua casa e o sentimento de raiva que desperta. Além disso, o uso das palavras “*inferniza*” e “*fofocalhadas*” e das frases “*enchendo a cabeça de minha mulher*”, bem como “*pior que ela acredita*” denota que esses sujeitos atribuem à influência dessa “amiga” o comportamento da companheira sobre ele. Quando disseram “*Daí virava um bicho ...*”, os sujeitos deixaram transparecer que a situação incomodava tanto que os fazia perderem o controle sobre si mesmos. Entretanto, literalmente, não admitiram que agrediram a mulher. Pelo contrário, no início das falas, os sujeitos afirmaram que não batiam nela:

*“[...] não cheguei a bater ... não ... fisicamente...”*

Outra fala foi direcionada para outras pessoas, no caso, para a mãe da companheira e para a família dos sujeitos do GF:

*“Ela não se dá com minha família. [...] depois que ela foi morar com a mãe dela por um tempo, daí a gente não conseguia ter aquele diálogo, porque a mãe dela se metia [...] aquela desgraçada da minha sogra [...] a mãe dela queria que se separasse que eu pagasse pensão [...] a mãe dela queria que eu pagasse pensão pra ela e pro filho [...] a minha família é que ficou com muita raiva dela e bateram ...”*

Nesse caso, os sujeitos do GF mencionaram a sogra diversas vezes e de diversas maneiras: a chamam de “*mãe dela*”, de “*desgraçada da minha sogra*” e o seu nome próprio

que é “M<sup>5</sup>.” Os sujeitos do GF deixam claro que a “*mãe dela*”<sup>6</sup> não só intercedia pela filha, pois queria que ele se separasse e pagasse pensão, como também impedia que dialogasse com ela, a companheira:

*“[...] elas não me deixavam conversar.”*

Em relação a sua própria família<sup>7</sup>, essa fala evidencia que era a mulher que não se dava com sua família –

*“Ela não se dá com minha família.”*

o que sugere que o problema de relacionamento está na mulher, e não, na família desses sujeitos.

Além de afirmarem que não agrediram a mulher –

*“[...] não agredi fisicamente ela [...].”*

– os sujeitos do GF afirmaram que quem fazia isto era sua própria família:

*“[...] a minha família é que ficou com muita raiva dela e bateram...”*

Para Dalgalarrondo (2000, p. 167), “este comportamento elucida uma característica de propensão marcante para culpar os outros ou para oferecer racionalizações plausíveis para o comportamento [...]”.

Os sujeitos transparecem que reconhecem a situação de conflito, mas não se reconhecem agressores. Além disso, deixaram transparecer, em suas falas, que procuram “culpados” para a situação. Isso é explicado por Deslandes (1994), quando afirma, que o agressor justifica sua agressão buscando a culpa em outras pessoas, isto é, o agressor, de forma consciente ou não, considera que os acontecimentos não sejam sua culpa, que nada do que acontece seja culpa dele. Considera que é agredido verbal e/ou psicologicamente, como se verá quando da análise da categoria “ela”.

Considera-se que os sujeitos do GF, ao narrarem responsabilidades atribuídas a outras pessoas, no caso, à amiga da companheira, à sogra e à sua própria família, tenham demonstrado o comportamento descrito por Deslandes (1994).

Normalmente, a violência nas relações entre parceiros expressa dinâmicas de afeto e poder, nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação. A mulher inserida no contexto de violência doméstica, por vezes, encontra-se atada à relação com quem agride, pela dependência emocional, posto que este tipo de dependência pode estar sendo velada por muitos outros fatores, entre os quais está a famigerada dependência material.

<sup>5</sup> Refere-se ao nome da sogra que foi omitido por questões éticas.

<sup>6</sup> Mãe da companheira.

<sup>7</sup> Refere-se à família dos agressores que compõem o Grupo Focal.

## 5.2 CATEGORIA: ELA

Em relação à categoria – “ela” –, considera-se que o mesmo comportamento dos sujeitos do GF referente à categoria um – em que “os outros” são responsáveis pela situação agressiva vivenciada pelo casal – se repetiu no que concerne à Categoria – “ela”. Porém, com outro enfoque. Isso porque os sujeitos do GF, no que se refere à Categoria “ela”, transferiram para outra pessoa, no caso, a companheira, a culpa pela situação, na maioria dos casos, não reconhecida como uma agressão sua. Ao contrário, racionalizam a ação agressiva, como comportamento desencadeado pela mulher. Segundo Goleman (2003), a racionalização é uma das estratégias mais comuns que permite a negação dos verdadeiros motivos do sujeito, cobrindo e bloqueando o verdadeiro impulso que provocou o ato agressivo, substituindo por outro, inventado.

Na categoria “Ela”, os sujeitos do GF centralizaram na companheira, explícita ou implicitamente, a causa da agressão, evidenciando que foram as ações dela que levaram o casal à situação caracterizada como violenta. Schraiber (2002 p. 29) esclarece que “um agressor acredita que o sucesso do relacionamento é de responsabilidade do/a companheiro/a – se a relação não dá certo, a culpa é do outro”.

Em contrapartida, alguns desses sujeitos deram indícios de que, em alguns momentos, eles também agiram de forma inadequada em relação à companheira, conforme se verá no decorrer desta análise. Entretanto, em momento algum, os sujeitos do GF afirmaram ou levantaram a hipótese de estar neles mesmos a causa da agressão.

Observa-se, na fala dos sujeitos, no que tange à categoria dois, o indicativo de **presença de ações inadequadas da companheira**, que constitui uma subcategoria da referida categoria. Constata-se que essas ações apontadas pelos sujeitos se referem à postura da companheira como mãe e como dona de casa.

Do comportamento da companheira como mãe, os sujeitos do GF assim se manifestaram:

*“Era duas horas da manhã e eu estava lá na janela, os filhos não tinham [...] vindo. Eu chamava ela e ela [...] não dava bola [...]”; “Às vezes não cuida muito bem nem dos filhos [...]”; “[...] os filhos, ela deixava os filhos... à vontade.”.*

Identifica-se, nas falas apresentadas, que os sujeitos do GF consideram que a companheira não estava tendo com os filhos os cuidados que os mesmos julgavam serem adequados, pois apontaram atitudes da companheira em relação aos filhos deixando

transparecer que essas atitudes não eram as que, na opinião deles, deveriam ser tomadas. Assim, algumas falas deixaram transparecer de que o certo seria a mãe se preocupar com os filhos que ainda não haviam chegado, por exemplo; outra fala revela, sem muitos detalhes, que a companheira, como mãe, deveria cuidar muito bem dos filhos; e outra, ainda, que ela, a companheira, deveria dar menos liberdade aos filhos.

Os sujeitos do GF deixam transparecer que há divergência de opiniões entre o companheiro e a companheira. Portanto, há conflito no que se refere aos cuidados com os filhos, como afirma Schraiber (2002, p. 29): “Tem também freqüentes conflitos com o cônjuge envolvendo assuntos familiares, em especial sobre como cuidar dos filhos.” Entretanto, O autor citado alerta que isto não pode ser aceito como desculpa para um homem ou mulher agredir o(a) companheiro(a); não deve ser aceito como uma defesa para justificar violência na família.

Em determinado momento, os sujeitos do GF revelam explicitamente que discordavam da atitude da companheira no que se refere às intervenções da mesma na educação do filho, mostrando o que Duarte (2001) aponta como uma das descontinuidades observadas hoje no relacionamento familiar: a figura paterna não ocupa um lugar tão central quanto há 25 anos.

Os sujeitos revelaram, também, que essa atitude de discordância quanto ao posicionamento diante das atitudes referentes ao filho estava interferindo na vida do casal, pois o filho tinha, em relação ao pai, o mesmo comportamento agressivo que a companheira:

*“[...] se eles puder me matá, eles me matam...”*

Além disso, revela que o filho já esteve

*“[...] metido numa briga [...]”,*

que ela o

*“[...] joga contra os filhos [...]”*

e que

*“[...] o menino disse... ah! a mãe disse que o pai nem merece a comida que come [...]”*

As falas dos sujeitos GF levam à compreensão de que, no ambiente familiar em que os agressores vivem, o comportamento do filho apresenta-se como um agravante para a situação do casal envolvido em violência conjugal e que, segundo Marques (2001), é uma das principais formas de violência intrafamiliar. Entende-se, nesse caso, com base na fala apresentada, que o conflito deixou de ser apenas conjugal, isto é, entre os companheiros,

passando a envolver diretamente, por influência da companheira, outro membro da família, no caso, um dos filhos do casal.

Fukuda, Ribeiro e Ferro (2002) esclarecem que pesquisas realizadas na área de violência por meio da terapia conjugal e familiar têm mostrado que a violência, no seio da família, envolve todos os seus membros quando os vínculos familiares são permeados pela violência e que a violência é a expressão de uma disfuncionalidade no sistema familiar mais grave do que a própria violência.

O relato dos sujeitos do GF sobre o comportamento do filho reflete o olhar que Teixeira (2001, p. 69) possui sobre violência familiar: “[...] é de natureza interpessoal, atinge sobremaneira não só as pessoas diretamente envolvidas, mas todas as que estão em torno delas e por isto igualmente afetadas pela situação.” Teixeira (2001, p. 69) complementa dizendo que “[...] a violência nunca está só de um lado, pois é, [...] um dos atos mais interpessoais que existe; tem sempre alguém que a solicita, alguém que a executa, alguém que reage a ela, alguém que a alimenta, e assim por diante.”

Para Vecina e Cais (2002, p. 74), a violência intrafamiliar é construída histórica, psicológica e socialmente e, em sendo assim,

[...] é impossível apontar uma única causa. Temos que ter sempre em mente uma visão mais abrangente. É preciso observar as características tanto pessoais como circunstanciais dos membros familiares envolvidos, as condições ambientais em que ocorre o fenômeno, as questões psicológicas de interação, o contexto social e as implicações socioeconômicas.

No que concerne aos filhos, os sujeitos do GF revelaram que a companheira fez uso inadequado do dinheiro

*“[...] ganhava e em vez dela cuidar das duas crianças ... aí ela saía para fazer festa [...]”; “[...] dizia que estava trabalhando mas estava no centro tomando cerveja”,*

enquanto ele estava trabalhando

*“sempre na rua direto, uma hora estava em Jaraguá, outra hora em Florianópolis, outra hora em Curitiba, que é o meu serviço que é obrigado.”*

Observa-se na fala acima, que os sujeitos sugerem que enquanto eles, os agressores, cumpriam suas obrigações como profissionais, a companheira ficava na rua, deixando de cumprir suas obrigações inerentes ao papel de mãe e companheira. Moreno (1972, p. 29) explica que papel “é a forma de funcionamento que assume um indivíduo no momento específico em que reage diante de uma situação específica na qual estejam envolvidas outras pessoas ou outros objetos”.

Em relação aos papéis que os membros do grupo familiar desempenham, Ferrari

(2002) explica que, em geral, se os papéis são complementares e favorecem o crescimento individual, ocorre uma reação de equilíbrio grupal, de respeito mútuo entre as pessoas. Caso haja complementaridade patológica de papéis sociais, haverá uma mudança significativa no padrão do inter-relacionamento, sendo que o sentimento que une essas pessoas, a *tele*, é negativa e, se permanecerem juntas, desenvolverão entre “[...] si papéis complementares rígidos e estereotipados, podendo chegar a situações patológicas graves, das quais a violência é uma delas.” (FERRARI, 2002, p. 166)

Nesse mesmo sentido – de cuidar das “coisas” de casa – os sujeitos fizeram a sua queixa:

*“Vai lá ver a porta do freezer que tá caindo... mas se não cuida [...]”.*

Queixaram-se, também, que houve uma situação em que foram pagos

*“[...] 57 reais pelo conserto da geladeira, mas tem que cuidar [...]”.*

Os sujeitos do GF denotam, nesta sua fala, que a companheira não correspondia às expectativas em relação aos cuidados da casa. Ainda os sujeitos afirmaram que trabalhavam para sustentar a família e que, inclusive, pagavam o aluguel:

*“[...] ela mora lá, mas eu pago aluguel.”*

é possível que boa parte da violência que os homens praticam hoje contra a mulher, não seja apenas a persistência do velho sistema, e, sim, uma incapacidade ou recusa de adaptar-se ao novo. Ou seja, não é apenas a continuação do patriarcado tradicional, mas uma reação contra a sua derrocada. (GIDDENS, 2000, p. 92)

Percebe-se que os sujeitos do GF se colocam, financeiramente, na posição tradicional de provedores do lar, mostrando que, de certa forma, se criaram laços de dependência entre o casal, a despeito do conflito existente, o que, paradoxalmente, acirra os ânimos e intensifica a situação conflituosa.

Além de apontar ações inadequadas das companheiras como mães e donas de casa e em relação ao companheiro, os sujeitos se referiram ao comportamento da companheira no que concerne ao espaço ocupado por cada um dentro de casa. Faz-se referência, neste momento, à **subcategoria**, nesta pesquisa identificada a partir da fala dos sujeitos do GF como **domínio da mulher sobre o companheiro** e que se sustenta em Giddens (2000) quando faz entender que as relações são ordenadas por meio do diálogo, e não do poder arraigado.

Neste contexto, compreende-se a palavra domínio como “supremacia em dirigir e governar as ações de outrem pela imposição da obediência; dominação” (HOUAISS, 2001, p. 1075), que é a maneira como os sujeitos do GF se referiram, em seus relatos, ao domínio que



as suas companheiras exerciam sobre eles e, em outros casos, o domínio que elas pretendiam exercer sobre eles e contra a qual os mesmos se rebelavam.

Os sujeitos do GF fizeram insistentemente menção ao comportamento dominador da companheira, ao mesmo tempo em que demonstraram que estavam insatisfeitos com isto e/ou se sentiam irritados, humilhados e magoados: reclamaram que a companheira queria estar sempre certa; que queria “*mandar*” na comida e não os deixava comerem; queriam mandar em casa; e queriam fazer tudo do jeito dela.

Em algumas falas, os sujeitos do GF centralizaram a sua exposição de motivos pela agressão no comportamento dominador da mulher e, explicitamente, colocaram que isso os incomodava e que não era possível suportar, denotando que o motivo da agressão foi o comportamento dela. Assim se expressaram:

*“[...] ela me incomoda [...] às vezes não dá pra agüentar [...] ela que quer tá certa né [...]”.*

Em relação a isso, o Ministério da Saúde esclarece que “[...] as interações violentas de um casal estão vinculadas ao aumento das relações de poder estabelecidas e que a relação de dominação/subordinação necessita ser confirmada.” (BRASIL, 2002b, p. 56)

Encerrando suas explicações, afirmaram que a companheira os humilhava, os magoava:

*“[...] ela humilha, magoa a gente [...]”.*

Em alguns momentos, os sujeitos não apresentaram que ações especificamente da companheira os incomodavam, prevalecendo na sua fala a apresentação de fatos para mostrar que a companheira exercia domínio, no caso sobre a alimentação.

Os sujeitos do GF, referindo-se ao domínio da companheira sobre o controle da alimentação, revelaram que assim procediam:

*“[...] a minha mulher não se preocupa com fazer a comida pra quando eu chegar em casa e ainda por cima às vezes quando vou comer se foi ela que comprou [...] me provoca dizendo que eu vou comer a comida dela [...]”.*

Quando fizeram essa reclamação, deixaram explícito que a companheira comprava a comida e denotaram que comprava com o dinheiro dela, restringindo seu uso somente a ela mesma. Um pouco mais à frente, na mesma fala, disseram o seguinte:

*“Se eu tô botando todo o meu dinheiro lá como é que eu não posso comer um ovo?”.*

Entende-se que, como a mulher, eles também traziam dinheiro para casa, mas que a mulher exercia o controle sobre esse dinheiro e os privava da partilha da alimentação numa

demonstração relatada por eles, de domínio. Associando, ainda, algumas falas dos sujeitos entre si, percebe-se que esse comportamento da companheira os ferem profundamente:

*“essas palavras dela é uma espada... corta.”*

Os sujeitos do GF literalmente afirmaram que

*“Ela quer mandar em casa!!! quer dominar [...]”*

e ainda explicaram como acontecia esse domínio:

*“[...] quer sempre que a gente faça ... seja a perfeição, como... o que é a perfeição: não ir com os amigos depois do trabalho no armazém, não fazer nada [...]”*

Por meio dessa fala, os sujeitos sugerem que a companheira queria exercer domínio sobre as ações do companheiro.

Ainda sobre o comportamento dominador da companheira, os sujeitos do GF explanaram que a companheira

*“[...] é bem mandoninha [...]”*

Antes, porém, de afirmar isso, disseram que ela

*“[...] dormiu na mãe dela... depois né me ligou e me intimou [...],”*

acentuando neste momento, com um gesto cerrando as mãos e jogando o braço para a frente, dando a entender que a companheira foi autoritária.

Outra fala dos sujeitos do GF que denota terem sido levados à agressão por causa do comportamento dominador da mulher:

*“[...] ela é daquela assim que acha que tem que ser do jeito dela [...] era ela que queria mandar em casa. Não tinha como você dizer que não. Fica ruim, né.”*

Para Ferrari (2002, p. 168), o anseio de domínio, de controle e de poder sobre a outra pessoa atua como força principal que alimenta a violência entre casais.

Os sujeitos do GF se expressam denotando terem sido levados à agressão por causa do comportamento dominador da mulher:

*“[...] ela é daquela assim que acha que tem que ser do jeito dela [...] era ela que queria mandar em casa...dominar. Não tinha como você dizer que não. Fica ruim, ne”.*

Esses sentimentos de humilhação, de mágoa e de dor relatados pelos sujeitos do GF: - “ela, humilha... magoa a gente!” - sugerem a necessidade de mudanças de comportamento e atitudes dos homens e mulheres que convivem em situação de violência conjugal, conforme

esclarece Machado (1998). De forma não diferente, levanta a questão apontada por Ribeiro et al (2000), Fukuda, Ribeiro e Ferro (2002) de que, normalmente, são observados vários tipos de violência ao mesmo tempo, o que muitas vezes torna difícil a tarefa de identificar quem é a vítima e quem é o algoz.

Para Boulding (1981), os variados tipos de violência formam uma rede intrincada e complexa em que todos (cada um a seu modo) são vítimas e autores ao mesmo tempo. Da mesma forma como ocorre em uma epidemia, todos são atingidos pela fonte comum de uma estrutura social, ao mesmo tempo, desigual e injusta, que não só alimenta, mas também mantém ativos os focos específicos de violência que se expressam, também, nas relações conjugais.

Contudo as atitudes do agressor mostram uma alternância em seu papel mesclando o de agressor e o de vítima pela responsabilização à mulher da motivação do comportamento agressivo e seu mesmo enquanto personagem na ação agressiva. Para Camargo (2002), essa alternância demonstra o aprisionamento do sujeito nestes dois papéis, impedindo-o o desempenho de qualquer outro que não seja o de agressor.

Segundo Vecina e Cais (2002, p. 82), a violência é pensada sempre do ponto de vista de relações de força expressas enquanto relações de dominação, ou seja, em que as diferenças na sociedade são convertidas em relações de desigualdade e “[...] essa desigualdade convertida em relações assimétricas hierarquizadas, que implicam que a vontade de uns seja subordinada a de outros”.

No sentido apontado por Vecina e Cais (2002), a violência pode ser vista como uma ação que envolve a perda de autonomia, de forma que as pessoas são privadas de manifestarem sua vontade e a submetem à vontade e ao desejo dos outros. Assim, a violência é utilizada “[...] como uma forma de manifestação das relações de dominação, expressando claramente uma negação da liberdade do outro, da igualdade, da vida.” (VECINA E CAIS, 2002, p. 82) Ainda segundo as autoras, “Essa desigualdade nada mais é do que a assimetria do poder – a submissão do mais fraco pelo mais forte se traduz em maus-tratos [...]” (VECINA E CAIS, 2002, p. 83)

Além dos sujeitos do GF terem mencionado domínio da mulher, conforme já citado, eles também afirmaram que ela os agrediam, verbal ou fisicamente, o que permite evidenciar a subcategoria: **Resposta à agressão, física, verbal ou psicológica da companheira**. Isso denota que a agressão, para os sujeitos, decorre de várias causas, embora eles não tenham admitido que sejam agressores, conforme Keppe (1998) uma das palavras-chave para compreender a agressão contra a mulher é a atitude do homem no sentido de inconscientização de sua percepção.

Ferrari (2002) vê a violência dentro da família como um fenômeno multicausal que engloba experiência de socialização, características patológicas, fatores situacionais de estresse e fatores culturais. No que concerne à existência de várias causas para a agressão, Walker (apud BRASIL, 2002) afirma que a violência ocorre em ciclo, o qual expressa a interação de vários fatores num mesmo relacionamento. O mesmo autor também explica que a violência conjugal necessariamente não se mostra sempre intensa ou permanente, mas sim como um estado de relação que pode oscilar.

No que se refere à resposta à agressão física, verbal ou psicológica da companheira, os sujeitos do GF deixaram evidente que

*“houve uma agressão, sim [...]”*

e explicam como tudo aconteceu:

*“[...] ela me avançou. Como é que eu não vou me defender? Ela me avançou com arma, vou me defender [...] empurrei ela em cima da cama, mas não bati nela [...]”.*

As expressões dos sujeitos nos grupos sugerem em alguns momentos uma conotação de defesa (suspensão de ombros e direcionamento de ombros para frente) como que justificassem com naturalidade a atitude tomada, como por exemplo:

*“[...] é...as coisas são assim né!!!”.*

Em análise, no que tange à fala:

*“ [...] empurrei ela em cima da cama, mas não bati nela [...]”*,

compreende-se que, com esta fala, os sujeitos tentaram amenizar a gravidade de sua agressão à companheira, pois afirmaram que não bateram nela: apenas a empurraram em cima da cama. Assim observa-se que um aspecto muito característico dos agressores é a tendência a minimizar a agressão e a negar o comportamento agressivo e culpar a vítima pelo comportamento emitido; desta forma, ao se analisar o perfil do agressor, observa-se também, que o mesmo faz parte de uma parcela significativa que apresenta baixa auto-estima, depressão e ansiedade”. (HAMBERGER et al, 1999, apud PADOVANI, 2002)

Além disso, segundo Walker (apud BRASIL, 2002b), o homem, muitas vezes, sente muita raiva, não controla seu comportamento, agride a companheira, mas não tem a intenção de lhe causar dano.

Mais adiante, há uma exposição de que houve uma agressão, mas que nunca bateram na mulher:

*“[...] mas uma agressão foi no começo do nosso casamento [...] eu tomava as minhas cervejinhas, mas eu chegava em casa e nunca batia nela”.*

Percebe-se certa contradição nas falas dos sujeitos, pois são relatados os fatos compreensíveis como agressão, contudo para os sujeitos não há entendimento de estes fatos sejam a agressão, mas apenas uma resposta entendida como necessária.

Com base nessa fala dos sujeitos do GF, levanta-se a seguinte questão: que significado tem a palavra “agredir” para eles? A maneira como fazem a colocação sugere que os sujeitos têm um conceito limitado sobre a agredir, já que disseram que não batem. Faz-se o esclarecimento de que agredir, de acordo com a língua portuguesa, significa não só bater. Significa “atacar alguém por atos ou palavras que ofendam a sua pessoa física ou moral, ou os seus bens protegidos pela lei penal” (HOUAISS, 2001, p. 119), estando, portanto, também incluso neste conceito o ato de “empurrar”.

Os sujeitos do GF até usaram, em seus relatos, a palavra agredir, só que a usaram para relatar que foi a companheira que tentou agredi-los:

*“[...] tentou me agredir com tapas ... ela chegou a me agredir [...] fui empurrado [...] eu tava assim...como nessa cadeira ali, e ela levantou-se [...] e me deu um empurrão que saltei do banco. Ihhhh, se eu fosse bater mesmo naquele dia de raiva [...]”.*

Neste mesmo relato, os sujeitos ainda mencionaram que a companheira praticava outro tipo de agressão que não a física, pois os impedia de comer a comida que comprada com o dinheiro do próprio agressor

*“[...] aí à noite fui comer e ela... esse ovo é meu... tu não pagou. Se eu tô botando todo o meu dinheiro lá, como é que eu não posso comer um ovo. Hoje ao meio dia ela separou pra ela e não deu pra mim. Eu considero isso uma agressão.”*

Os sujeitos elucidaram, com essa fala, que sofreram agressão e manifestaram, por meio de expressão facial, com enrugamento da testa, que eram sujeitos passivos na situação relatada, ou seja, não foram responsáveis pela ação inicial de agredir.

Os sujeitos do GF admitiram que, às vezes, o homem agride a mulher com palavras. Porém, explicaram que ela “responde” a essa agressão verbal e que essa resposta agride o companheiro e o desequilibra, levando-o à saturação:

*“[...] daí às vezes com palavras de baixo escalão ela me chateia... [...] acaba agredindo a gente quando não tem dinheiro”;*

*“Ela, às vezes, acaba perdendo o equilíbrio e vem agredindo o homem”. “A própria língua delas desestrutura o homem, daí o cara não tem como, começa a rebaixar, daí vai indo, daí uma hora não tem limite, daí ele já está no ponto.”*

Essa fala chama a atenção em dois aspectos: primeiro, quando afirmaram explicitamente que bateram, deixando apenas subentendido que, nessa situação, a paciência chegou ao limite máximo, criando, assim, todas as condições para agressão; segundo, usaram, em sua narração, a primeira pessoa – eu – como participante do fato narrado; usaram a terceira pessoa – ele – como se estivessem falando de outra pessoa.

Em outras palavras, colocaram a situação como se fossem espectadores, e não, personagens da violência, ou seja, se puseram apenas como narradores de uma situação vivenciada por outros homens e por outras mulheres, o que permite sugerir que os sujeitos não admitiram explicitamente sua condição de agressores, demonstrando ausência de percepção ao papel e as ações agressivas originadas, escondendo-se em justificativas de que a mulher é a causadora da agressão cometida por ele, atitude explicada por Keppe (1998) como parte de uma negação da conscientização da agressão expressa; um processo artificial interceptando a verdadeira realidade.

O termo consciência origina-se da junção de dois termos latinos: *cum* (com) e *scio* (conhecer), indicando o conhecimento compartilhado com outro e, por extensão, o conhecimento ‘compartilhado consigo mesmo’, apropriado pelo indivíduo. (DALGALARRONDO, 2000, p. 63, grifos no original)

Além do exposto, constataram-se, na fala dos sujeitos do GF, sinalizadores de mais um agravante para a situação familiar em que eles se encontravam. Faz-se referência aos indícios do uso de **bebida alcoólica pelo agressor, subcategoria da categoria Eu.**

### 5.3 CATEGORIA: EU

Os sujeitos mencionaram a presença da bebida em suas vidas, levando à hipótese do hábito de beber ter sido uma das causas de desentendimento e/ou agressão, mesmo que tenha surgido de forma mascarada por palavras amenizadoras, como “*só*”, advérbio que significa “apenas, somente, unicamente” (HOUAISS, 2001, p. 2588) e “*cervejinha*”: palavra usada no diminutivo, dando uma idéia banalizada de que a “uma cervejinha não faz mal” (HOUAISS, 2001). Para Freud (apud Goleman 2003), a maneira de se referir utilizando o “*só*” e “*cervejinha*” denota que o agressor se expressa através de um filtro que o sustenta dentro de uma racionalização, e justifica o meio que se utilizou, esclarecendo que, desse modo, só se vê

o que se precisa ver, só se sabe o que se precisa saber, ao que também só se tem consciência daquilo que se está preparado para ter.

Os sujeitos do GF revelaram o seguinte:

*“E hoje também não bebo mais; faz 10 anos que não boto mais nada na boca e não fumo”.*

Essas palavras nos induzem a levantar a possibilidade de serem usuários da bebida alcoólica, mesmo que atualmente não a usem, pois se referem a este vício no passado próximo. Considera-se, por isso, uma subcategoria pertinente: “hábito de beber” –.

Em algumas das falas, os sujeitos expuseram:

*“Eu sou uma pessoa que nunca cheguei... vamos dizer... bêbado em casa; nunca falei, nem mesmo com a esposa... com ela nunca briguei por causa da bebida, teve porque ela não queria que eu bebesse [...] tu bem... por causa da bebida teve os maiores problemas, entrei em confusão com os empregados, confusão nos bares.”*

Para Dalgarrondo (2000), o sujeito ao justificar suas ações numa perspectiva simplista e de que não pertence mais a ele, pode estar demonstrando ao mesmo tempo uma incapacidade de experimentar culpa e de aprender com a experiência, tornando-o vulnerável à reincidência, já que não se diferenciou enquanto personagem sujeito das atitudes que revela.

Admitiram que tiveram problemas por causa da bebida, mas não relacionaram esses problemas às suas situações com a companheira. Porém, tem-se o entendimento de que algum reflexo da bebida poderia ocorrer em casa, pois afirmaram que a companheira não queria que eles bebessem e que tiveram confusões com os empregados por causa da bebida, o que de acordo com Keppe (1998), entende-se que os sujeitos negam esta atitude como prejudicial a si e à relação e não se vêem como agentes de uma ação inadequada.

De maneira indireta, a bebida ainda apareceu como explicação nas falas dos sujeitos do GF:

*“Ela não queria que eu bebesse [...]”.*

Percebe-se, ainda, que a bebida continuava sendo conteúdo daquelas justificativas, causando desentendimentos entre o casal. Isso foi possível pelos detalhes apresentados:

*“[...] me acusando que eu era um bêbado, eu tomava uma cervejinha [...] eu tomava as minhas cervejas, mas nunca cheguei em casa tarde, nunca cheguei em casa bêbado de cair.”*

Neste sentido, observa-se, por vezes, que os sujeitos compuseram sua fala com as palavras:

*“bêbado, bebesse e cervejinha”.*

Melhor explicando, os sujeitos do GF disseram que a companheira os acusava:

*“[...] que era um bêbado,... eu tomava uma cerveja [...]; [...] tomava as minhas cervejas, mas nunca cheguei em casa tarde, nunca cheguei em casa bêbado de cair”.*

que

*“[...]” que eu tomava a minhas cervejinha [...].”*

Esse discurso leva ao entendimento de que o fato de a companheira se manifestar sobre o uso da bebida pelo companheiro significa que a bebida se fazia objeto concreto na interferência da relação conjugal.

Para Minayo (1998), o uso de álcool pelo homem mostra-se como um significativo fator de risco para a violência do parceiro contra sua mulher. Para Gomes; Veiga et al. (2002), em relação a esse tipo de associação, violência e drogas, diversos estudiosos apontam que o álcool é a substância mais ligada às mudanças de comportamento, provocadas por efeitos psicofarmacológicos que desencadeiam a violência.

Diferentemente da maneira indireta como os sujeitos do GF se manifestaram em relação à bebida alcoólica, o fizeram explicitamente em falas ao se referirem a situações entendidas como financeiras. Explicaram que os desentendimentos surgiram por causa da situação financeira em que eles se encontravam.

Os sujeitos do GF alegaram uma reação a uma atitude da mulher:

*“[...] ah, me disse que eu tinha que trabalhar mais... que faltava coisas em casa... ué, Mais ainda...ela acha que eu sou vadio...”.*

Nesta expressão, considera-se o fator “trabalhar mais” como motivo para perceber mais rendimentos, já que indicaram a “falta de coisas em casa<sup>8</sup>”.

Em suas falas, os sujeitos do GF mostraram a existência de dificuldade financeira, claramente colocada por eles como causa de desentendimentos e, portanto, motivo para agressão. Em seus relatos, afirmaram que a falta de dinheiro provocava discussão com a companheira:

*“Quem tá acostumado a ter e depois ultrapassa, não tem como se virar; daí você é obrigado a dá um jeito, você é o responsável, daí às vezes com palavras que parece faça ela leva o homem a loucura... agredindo o homem [...]”.*

Ficou ainda explícita, neste aspecto, a justificativa de fatores perturbadores da relação quando os sujeitos dizem “*não güento mais, ela só me cobra*”, conferindo nesta fala a

---

<sup>8</sup> Relatado pelos sujeitos do GF como uma atitude da companheira.



responsabilização para a mulher, mas devido a uma conduta sua mesma. Ou seja, ele explicita que a ação agressiva é resultado da interferência da mulher num estilo ou comportamento que é seu. Por mais que não deixe claro ou tenha consciência de suas atitudes em relação à bebida alcoólica ou pelo motivo da dificuldade financeira, o agressor relata contraditoriamente, quando não nega, mas afirma que essas atitudes que tem a ver com ele levam a mulher a lhe “*encher o saco*”.

No que se refere à situação financeira mencionada pelos sujeitos, Morrison e Biehl (2000) explicam que o baixo nível socioeconômico não é, em suma, causa direta da violência conjugal, mas está associado a um estresse maior, causado por outros motivos, como incertezas, condições econômicas precárias e promiscuidades, ou seja, frustração e estresse que podem ser gatilhos situacionais para o desencadeamento de uma condição psicológica não compreendida e que desestabiliza o homem, levando-o à ação agressiva.

A análise dos dados revelou que, na dinâmica da violência doméstica vivenciada pelos agressores participantes desta pesquisa, várias são as causas que, sob a ótica do agressor, desencadearam o ato agressivo contra a companheira.

Dentre as causas apontadas, destacaram-se o comportamento da companheira e de outras pessoas alheias à relação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, intitulada “A Violência Conjugal Contra a Mulher a Partir da Ótica do Homem Agressor”, assinalou-se que a violência conjugal é algo que deve ser desvendado e desconstruído a partir da compreensão das variáveis presentes no ato agressivo. Frente à violência do homem contra a companheira, não há neutralidade possível. É preciso romper o pacto das características impressas na personalidade com a consciência e a vazão dos impulsos sob várias justificativas que vão desde uma comida até uma atitude da companheira que ele considera inadequada e com a qual não concorda.

Nesta pesquisa, os sujeitos dela participantes, aqui identificados como Grupo Focal, apontaram comportamentos e atitudes que sinalizaram para a possibilidade de identificarmos causas da violência conjugal praticadas contra a companheira. Assim configuramos, sob a ótica do homem agressor que as causas que o levou a agredir sua companheira foram: interferência de pessoas estranhas à relação conjugal; presença de ações inadequadas da companheira; domínio da mulher sobre o companheiro; resposta à agressão física, verbal ou psicológica da companheira; hábito de beber; e situação financeira.

Uma vez identificadas às causas acima, consideramos que atingimos o objetivo geral desta dissertação que era **identificar as causas da agressão conjugal contra a companheira a partir da ótica do homem agressor**. Em relação a essas causas, constatamos que elas se mesclam no dia-a-dia desses agressores, se acumulam sob a forma de conflitos e eclodem em atos que configuram a violência conjugal do homem contra a companheira. Observou-se, ainda, durante a análise, que os sujeitos da pesquisa não demonstraram compreensão ativa de que eram agressores, ou seja, ao mesmo tempo em que não negavam os atos que relatavam, também não os compreendiam como ações que os caracterizassem como agressores.

Com base nessa atitude relatada pelos sujeitos do GF, tem-se o entendimento de que os homens agressores de suas companheiras apresentam dificuldade de compreensão de que é agressor, apenas focalizando os aspectos de agressão à companheira quando o moderador interferia sugerindo a ele, no momento da fala, para que dissesse “se ele agrediu e por quê?”. Conforme Paiva (1999), esse é um comportamento típico de homem que possui forte grau de imaturidade emocional e afetiva. Apresenta reações primitivas e regredidas<sup>9</sup> de sua constituição emocional e afetiva, demonstrando grande dificuldade de lidar com frustrações e com a própria agressividade.

---

<sup>9</sup> Refere-se a regredido como infantil.

Os sujeitos do Grupo Focal sugerem não-percepção de consciência no papel de agressores. Não deixaram transparecer arrependimentos, haja vista a insignificância que deram ao comportamento violento sobre a mulher. Justificando uma reação em função da ação provocadora da mulher. Demonstraram distanciamento do “bater” ao ser agressor.

Quando a inferência a respeito da agressão lhe era dirigida, o sujeito do GF relatava o ato da dinâmica da relação com sua companheira sem demonstrar reconhecimento da gravidade nos comportamentos observados como agressão. Ao contrário, justificava suas ações como atitudes de defesa ou de reação ao comportamento da companheira, como se demonstrou ao se analisar a categoria “Ela”.

A compreensão sobre estes homens agressores de suas companheiras passa por um viés de análise por meio do qual se mostra a violência como uma produção humana e histórica. Compreendê-la implica percorrer os caminhos da história social e pessoal, tanto para discriminar as determinações que a exacerbam, em certos momentos da convivência conjugal, quanto para compreender as peculiaridades de cada um dos seus modos de expressão, individualidade e que não se mostrou singular, mas sempre relacionada a um outro como depositário de conflitos internos.

Em uma primeira visão, citando Ferraz (1997), poderia parecer algo temerário afirmar a paridade, mesmo que não perceptível, dos atos agressivos, pois, se o ser humano é constituído por partes de muitos outros que foi recolhido ao longo de sua trajetória de vida para se fundar como sujeito em um contínuo processo de transformação, a autonomia deve passar a ser uma espécie de utopia. Ela seria possível apenas se a fosse considerada dentro de um espaço de tempo demarcado, onde estivessem em ação as crenças morais de um sujeito mutante.

Assim, não se julgam as causas recolhidas neste trabalho, mas as incluem numa cripta viva, cuja compreensão e atuação sobre seus estragos na relação conjugal e na constituição da sociedade se espalham e se fazem comprometedoras na organização familiar, bem como da qualidade de vida das pessoas.

Paradoxalmente, quando se é dono do próprio ego é que se pode abrir mão dele e submetê-lo ao Eu Real. O eu da autonomia seria, assim, o eu possível da contingência identificatória, quer dizer, uma determinada confluência dinâmica de um eu que reúne um número de outros, ainda que se mantenha coeso sob o prisma identitário, a ponto de poder saber-se e denominar-se eu. Este eu se encontra em estado de incessante devir, consubstanciado nos resultados do confronto contínuo de suas crenças com as mudanças da realidade, confronto que exige do sujeito um exaustivo exercício de posicionamento.

A Psicologia, por meio de suas mais variadas abordagens psicoterapêuticas, imprime à sorte da violência conjugal, a possibilidade protegida pelo espaço terapêutico de proporcionar ao agressor um olhar para si mesmo com os olhos da companheira, proporcionando condição de diferenciar suas questões internas fortalecendo o ego para lidar mais adequadamente com a realidade.

Segundo Gelles (1997), para tratar da violência conjugal, é necessário que se adote uma abordagem empática, o que não significa endossar ou minimizar a responsabilidade do agressor, mas significa, sim, compreender o ato violento como resultado de elementos associados à condição psicológica do agressor.

Esta pesquisa facilitou, de certa forma, uma compreensão de que as ações do agressor sobre a companheira resultavam da única maneira que sabiam responder a conflitos, da negação e da inconsciência da percepção do papel de agressor. (KEPPE, 1998).

Os sujeitos do GF tiveram a oportunidade de expressar sentimentos, crenças, justificativas, valores e informações do que acreditam que os levou a agredir ou, mesmo, a não concordarem que agrediram sua companheira. A partir daí vislumbram-se aspectos por que se considera importantes para se ter uma compreensão comportamental, relacional, social e cultural da violência conjugal do homem contra a companheira a fim de que se possa colaborar e oferecer à sociedade essas informações para que, com intervenções adequadas, a agressão entre casais seja diminuída e estes mais bem compreendidos quando se apresentarem em serviços de atenção para orientação e tratamento.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. **O teatro terapêutico**. Campinas: Papirus, 1990.
- ALBRECHT, K. **A única coisa que importa**: trazendo o poder do cliente para dentro de sua empresa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1995.
- BALLONE, G. J.; ORTOLANI, I. V. **Violência doméstica**. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br/infantil/violdome.html>>. Acesso em: 05 fev. 2006.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BOULDING, E. Las mujeres y la violencia social. In: **La Violencia y sus causas**. Paris, UNESCO, 1981. p. 265-279. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=73275>>. Acesso em: 15 out. 2005.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Beltrand do Brasil, 1989.
- BOWLBY, J. **Uma base segura**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1989.
- BRASIL. Lei n. 10.886, de 17/06/04, acrescentando os parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7/12/1940 - Código Penal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 15 mar. 2006a.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 10.455, de 13/05/02. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 15 mar. 2006b.
- \_\_\_\_\_. **Resolução 196/96**. Disponível em: <[conselho.saude.gov.br/comissao/conep/resolucao.html](http://conselho.saude.gov.br/comissao/conep/resolucao.html)>. Acesso em: 04 abr. 2006c.
- \_\_\_\_\_. **Projeto de Lei 4559/04 – Não-Violência à Mulher**. Brasília, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Violência Intrafamiliar**: orientações para a prática em serviço. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília; Ministério da Saúde, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O Brasil no estudo multipaíses sobre saúde da mulher e violência doméstica e sexual contra a mulher**: relatório preliminar. Brasília, DF: Ministério da Saúde/Coord. Nac. de DST e AIDS/UNESCO, 2002.
- BUSTOS, D. M. **O psicodrama**. São Paulo: Summus Editorial, 1982.
- CAMARGO, C. N. M. F. de. Agressor ou vítima: a falta básica e as duas faces da mesma moeda. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (org.) **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002. p. 131-140
- CAMPOS, C. H. de. Violência doméstica no espaço da lei. In: BRUSCHINI, C.; PINTO, C. R. (Orgs). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: FCC: 34, 2005.

CARDOSO, N. M. B., Mulheres em situação de violência conjugal: incidência, conceitos, fatores associados e conseqüências da violência. **Barbarói**, [s/l], v. 4, n. 5, p. 69-80, 1996.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NO FENÔMENO DAS DROGAS: ÁREA DE REDUÇÃODA DEMANDA

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DEBUS, M. **Manual para excelencia en la investigación mediante grupos focales**. Washinton, DC: Porter/Novelli, 1986. (Adaptação do material preparado para Healthcom).

DEEKE, L. P. **Mulher e violência - breve prevenção ao abuso de drogas por mulheres inseridas no contexto de violência doméstica**. Florianópolis, 2004. Monografia. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DESLANDES, S. F. **Prevenir a violência: um desafio para profissionais da saúde**. Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1994. (v. 2)

DIAS, V. R. C. S. **Psicodrama: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Agora, 1987.

DUARTE, F.D.D. **Prefácio a L. R. Castro: crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

EMERY, R.E. Family violence. **America Psychologist**, [s/l], v. 44, n. 2, p. 321-328, 1989.

FERRARI, D. C. A. Atendimento psicológico a casos de violência intrafamiliar. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (org.) **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002. p. 160-173

FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (org.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002.

FERRAZ, F. C. **Comunicação lida no I Simpósio Internacional de Genética e Ética**, promovido pela Fundação Oswaldo Cruz, realizado no Rio de Janeiro no período de 19 a 21 nov. 1997.

FREUD, S. **Livro 7**, [s/l], Bras, 1940. p. 21.

FUKUDA, C. C; RIBEIRO, M. A. & FERRO, V. S. **Crianças e adolescentes em situação de risco: quem são suas famílias?** Trabalho apresentado no V Congresso Brasileiro de Terapia familiar, realizado em Salvador: BA, ago. 2002.

GALVÃO, P. **Violência conjugal atinge um terço das mulheres em áreas de São Paulo e Pernambuco**. Disponível em: <copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/noticias.shtml?x=199 - 18k>. Acesso em: 20 set. 2006.

GELLES, R. J. **Intimate violence in families**. Califórnia: Lage Publicacion, 1997.

GENICOVIK, M. **Histórias da vida**. 1995. Disponível em: <<http://www.historiasdavidasebastian.pt/violencia/saopaulo.html>>. Acesso em 15 jun. 2005.

- GIDDENS A. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOLEMAN, D. **Mentiras essenciais, verdades simples: a psicologia da auto-ilusão**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- GOMES, R. A.; VEIGA, M. M. et al. Porque as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. **Cad. Saúde Pública**, v. 18, n. 3, p. 707-714, mai./jun. 2002.
- GREENBERG, Y. R.; MITCHEL, S. A. **Relações objetais na teoria psicanalítica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- GUATARRI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica - cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JORNAL DE SANTA CATARINA. **Caderno geral**, Blumenau-SC, ano XXXIV, n. 10637, 08 abr. 2006.
- KEPPE, Norberto R. **A libertação**. 3. ed. São Paulo: Proton, 1998.
- KLEIN, M.; RIVIÉRE, J. **Amor, ódio y reparación**. Buenos Aires: Hormé, 1968.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U. 1986.
- MACHADO, L. Z. Matar e morrer no feminino e no masculino In: OLIVEIRA, D. de; GERALDES, E. C.; LIMA, R. B. de. **Primavera já partiu: retratos de homicídios femininos no Brasil**. Brasília: MNDH; Petrópolis: Vozes, 1998, p. 96-121.
- MALDONADO, M. Disponível em: <[http://www.telelistas.net/guias/medsaude/templates/materia\\_int.aspx?idcntd=5567](http://www.telelistas.net/guias/medsaude/templates/materia_int.aspx?idcntd=5567)>. Acesso em: 04 abr. 2006.
- MARQUES, M. A. B. Infância e violência doméstica: uma discussão acerca da intervenção na família. **Rev. O Social em Questão**. Rio de Janeiro, ano V, n. 6, segundo semestre 2001.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. Edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.
- MINAYO, M. C. S. & SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, v. 1, n. 1, p. 513-531, 1998.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. In: DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. (Orgs.). Petrópolis: Vozes, 1998.
- MINUCHIN, S.; NICHOLS, M. P. **A cura da família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- MORENO, J. L. **Psicodrama**. São Paulo: Cultrix, 1993.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1972.

- MORGAN, D. L. **Focus groups as qualitative research**. Newbury Park. Ca; Sage Publications, 1988.
- MORRISON, A. R.; BIEHL, M. L. **A família ameaçada: violência doméstica nas Américas**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- NOOS , Instituto. Disponível em: <[www.noos.org.br](http://www.noos.org.br)>. Acesso em: 04 abr. 2006.
- NOP - NÚCLEO DE OPINIÃO PÚBLICA. Pesquisa Nacional 2001: **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. Disponível em: <<http://www.noos.org.br/osnucleos.html#3>>. Acesso em: 20 ago. 2005.
- OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatórios diversos**, jun. 1998.
- PADOVANI, R. C.; WILLIAMS, L. C. de A. Intervenção psicoterapêutica com agressor conjugal: um estudo de caso. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 13-17, 2002.
- PAIVA, J. R. **O homem que espanca a mulher**. 1999. Disponível em: <<http://essasmulheres.home.sapo.pt/lutas>>. Acesso em: 20 ago. 2005.
- POLIT, Denise F.; HUNGLER, Bernadete. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- PRADO, L. C.. A violência nas relações: uma guerra interna. In: KUNZLER, F.; CONTE, B. (Orgs.). **Cruzamentos 2: pensando a violência**. São Paulo: Escuta, 2005. p. 155-166
- RAVAZZOLA, M. C. **Historias infames: los maltratos en las relaciones**. Paidós: Terapia Familiar, 1999.
- RIBEIRO, M. A. et al. **A violência intrafamiliar e suas conseqüências para o desenvolvimento de crianças e adolescentes**. Brasília, 2000. Pesquisa apresentada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Católica de Brasília.
- RODRIGUES, M. D. A. **A violência intrafamiliar: o homem é a vítima**. Trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de Terapia Familiar. Brasília, DF, 02-06 ago. 2000.
- ROGERS, C. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- SCHRAIBER, L. B. **Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde**. São Paulo: Departamento de Medicina da USP, 2002.
- SHRADER, E.; SAGOT, M. **Violência intrafamiliar**. Organización Panamericana de la Salud, 1998.
- SLUSKI, C. (org.). **Psicopatologia e psicoterapia do casal**. A rede social na prática sistêmica. Casa do Psicólogo. 1997.
- SOARES, B. M. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- SOARES, L. et al. Violência contra a mulher: As DEAMs e os pactos domésticos. In: \_\_\_\_\_. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1996. p. 65-106.



TARUZI, D. **Quatro mulheres são espancadas por minuto no país**. Disponível em: <<http://24horasnews.com.br/index.php?mat=88905>>. Acesso em: 10 mar. 2006.

TEIXEIRA, S. B. S. Reflexões sobre famílias em situação de violência: é possível ajudá-las? In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V.N. Infância e violência doméstica. **Apostila do Curso de Especialização em Violência Doméstica**, [s/l], ano V, n. 6, p. 69-75, segundo Semestre 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Bases teórico-metodológicas preliminares da pesquisa qualitativa em ciências sociais**: idéias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2001.

VECINA, T. C. C.; CAIS. Definição de abuso na infância e na adolescência. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (org.) **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002. p. 81-94

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. World report on violence and health — summary. Geneva: World Health Organization, 2002.

ZAGO, N. et al. **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

## BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

- BARDIN, L. **A análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BERMUDEZ, J. G. R. **Que es el Sicodrama?** 4. ed. Buenos Aires, 1966.
- BRASIL. Ministério da Saúde **Violência Intrafamiliar**: orientações para a prática em serviço. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde/Ministério da Saúde, 2001.
- BÜCHELE, F. **A embriaguez social do beber**. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- BUSTOS, D. M. **O teste sociométrico**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Perigo... amor à vista!** São Paulo: Aleph, 1990.
- CADERNOS DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Questão de família**, [s/l], n. 37, mai. 1981.
- CARDOSO, M. H.; GOMES, R. Representações sociais e história: referenciais teórico-metodológicos para o campo da saúde coletiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, abr./jun. 2000.
- CASTRO, L. R. **Da invisibilidade à ação**: crianças e jovens na construção da cultura. Rio de Janeiro: Nau, 2001.
- CONGRESSO INTERNACIONAL FAMÍLIA E VIOLÊNCIA FLORIANÓPOLIS. **Anais...** Texto e Contexto. Universidade Federal de Santa Catarina. 19 a 23 de abr. 1999.
- DEEKE, L. P. **Mulher e violência**: breve prevenção ao abuso de drogas por mulheres inseridas no contexto de violência doméstica. Florianópolis, 2004. Monografia (Especialização no Fenômeno das Drogas: Área de Redução da Demanda) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- DIAS, M. B. A violência intrafamiliar. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, p. 17, 30 set. 2003.
- DOMENACH, J. M. La violencia. In: **La violencia e sus causas**. Paris: UNESCO, 1981. p. 33-45.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GONZÁLES, I. Violencia domestica y salud: conceptualización y datos que existen en México. **Perinatol. Reprod. Hum**, v. 10, n. 2, p. 100-10, abr./jun. 1996.
- GUARESCHI, P. A. et al. Pressupostos Epistemológicos e Metodológicos. In: \_\_\_\_\_. **Os construtores da Informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GUATARRI, F. **La revolution moleculaire**. Fontenay-sous-Bois: Encres, 1977.

- HEILBORN, M. L. **Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro, 1992. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional - UFRG.
- KRUG, E. G. et al. **Relatório mundial sobre a violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial de Saúde, out. 2002.
- LASCH, C. **Refúgio num mundo sem coração**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- LEVETT, A. A story of childhood sexual abuse among South Africa University women studentes. **South Africa Journal of Psychology**, v. 19, n. 3, p. 122-190, 1989.
- MINAYO, M. C. de S. and DESLANDES, S. F. The complexity of relations between drugs, alcohol, and violence. **Cad. Saúde Pública**. [online]. Jan./Mar. 1998, v. 14, n. 1 [cited 02 June 2005], p. 35-42. Available from: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 mai. 2005.
- MINAYO, M. C. S. & SOUZA, E. R. **O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1993.
- \_\_\_\_\_. Violence for All. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 65-78, jan./mar., 1993.
- MORENO, J. L. Traduzido de "*Einladung zu einer Begegnung*". publicado em Viena, 1914. p. 3.
- RIBEIRO, M. A. Violência Intrafamiliar: uma questão de gênero? **Cadernos de Psicologia**, Brasília, Universidade Católica de Brasília, 2003.
- ROSSO, A. Grupos Focais em Psicologia Social: da Teoria à Prática. **Rev. Psico**. Porto Alegre, v. 28, p. 155-169, jul./dez., 1997.
- RUSSELL, B. **O poder - uma nova análise social**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 189p.
- SCHRITZMEYER A. L. P. Abusos imponderáveis: limites dos registros oficiais e das políticas públicas. In: **Jornada Psicanalítica – “ABUSO”**. São Paulo, 2001.
- SOARES, B. M; GASPARY, M. C; INGELFRITZ, I. **Textos selecionados: violência contra a mulher**. Rio de Janeiro: Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania/Secretaria de Estado de Segurança Pública, 1999.
- STRAUS, M. **Handbook for the conflict tactics scats (CTS)**. Durham: Family Research Laboratory. University of New Hampshire, 2000.
- TELELISTAS. Disponível em: <[http://www.telelistas.net/guias/medsaude/templates/materia\\_int.aspx?idcntd=5567](http://www.telelistas.net/guias/medsaude/templates/materia_int.aspx?idcntd=5567)>. Acesso em: 20 out. 2005.
- TOFFLER, A. **Powershift: as mudanças do poder**. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Record, 1990. 613p.
- VITALE, M. A. F. A violência no cotidiano das famílias de camadas populares. **Rev. Serviço Social e Sociedade**, [s/l], v. 24, 2001.

**ANEXOS**

Anexo I – Solicitação do Consentimento

AO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR

Ilma. Sra. Damaris de Fátima Reuel Cármano  
Gerente de Proteção Especial

Por ser aluno regularmente matriculado no mestrado em Saúde Pública na Universidade Federal de Santa Catarina com concentração em Ciências Humanas e desenvolvendo uma pesquisa que visa colaborar com o assunto referente à Violência Conjugal, solicito a V.S<sup>a</sup>. conceder autorização para que eu possa desenvolver uma pesquisa por meio da técnica do grupo focal com o *grupo de* homens *usuários* deste programa e agressores de suas companheiras.

No aguardo, reitero admiração por sua competente ação neste Programa de suma importância para a manutenção e desenvolvimento da Vida de muitas famílias.

Atenciosamente,

Antonio Gomes da Rosa  
Mestrando Saúde Pública – UFSC

Blumenau, 28 de Maio de 2005.

Cópia p/: Sra. Jussânia Regina Pereira (Coordenadora do PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR).

## Anexo II – Termo de Consentimento

Sob o título: “A Violência Conjugal A Partir da Ótica dos Agressores”, eu, Antonio Gomes da Rosa, acadêmico do mestrado em Saúde Pública no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina, orientado pela Prof<sup>a</sup> Dra. Elza Berger Salema Coelho, procurarei realizar esta pesquisa que visa obter um perfil dos homens agressores de suas companheiras. A pesquisa fundamentar-se-á em depoimentos, idéias, reflexões e pensamentos produzidos em grupo em forma de trabalho com o grupo focal e não apresentará riscos para seus participantes; e não implicará em nenhum tipo de danos ou ônus aos participantes voluntários, podendo os mesmos requererem indenizações de acordo com seus sentimentos de violação caso ocorra. Os mesmos terão liberdade de expressão com direito a limites que entendam lhes caber, desde o que falarem até as exigências que demarcarem para proteger-se de exposição no grupo.

A matéria trata de violência conjugal, tema raro e mais restrito ainda quando se reporta ao perfil e causas da violência numa ótica que favoreça a atenção ao homem agressor. Assim o projeto colaborará com a literatura da violência doméstica e intrafamiliar com especificidade na violência conjugal a fim de que se possa constituir e instituir novas políticas públicas que contemplem esta modalidade de violência bem como o apoio aos seus pares, ora agressores, ora agredidos.

O grupo se reunirá em sala privativa e não será exposto a qualquer tipo de humilhação ou julgamento. Seus depoimentos serão gravados sem que se identifiquem os autores assegurados de sigilo absoluto além de que as informações serão retidas com o pesquisador-acadêmico supra citado e sua orientadora, com o único fim de análise imparcial na elaboração dos fundamentos e causas de agressões.

Resguardarei os direitos, inclusive da desistência da participação do sujeito, que será integralmente voluntário, bem como garanto que o mesmo não terá nenhum tipo de custos por participar desta pesquisa. O desenvolvimento do trabalho em grupo priorizará e se salvaguardará o bem estar de seus voluntários.

O grupo será dirigido por este pesquisador-acadêmico, orientado pela Prof<sup>a</sup> Dra. Elza Berger Salema Coelho. Será realizado um encontro com o grupo previamente, antes da data para a realização do trabalho a fim de expormos os objetivos e solicitarmos a participação dos voluntários.

Qualquer dúvida ou necessidade o pesquisador-acadêmico estará à disposição nos fones 47-2222111 e 99826006, e à Rua Vidal Ramos, 164, bairro Jardim Blumenau, Blumenau, SC.

Assim, e conforme o escrito acima eu \_\_\_\_\_  
desejo, coloco-me e aceito ser voluntário como participante deste projeto de pesquisa para o acadêmico Antonio Gomes da Rosa e sua Orientadora Prof<sup>a</sup> Elza S. Coelho.

---

Orientadora

---

Voluntário

---

Mestrando

Blumenau, 09 de junho de 2005.

## Anexo III – Solicitação de Autorização para Realizar a Pesquisa

Planos de Saúde - Servidor

Página 1 de 1

22/05  
27/06

<input type="checkbox"/>		MINISTÉRIO DA SAÚDE Conselho Nacional de Saúde Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP	
<b>FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS</b>			<b>FR-063925</b>
Projeto de Pesquisa A Violência conjugal a partir da ótica dos agressores			
Área de Conhecimento 4.06 - Saúde Coletiva		Grupo Grupo III	Nível Não se Aplica
Área(s) Temática(s) Especial(s)			Fase Não se Aplica
Unitermos Violência; Agressor, Intrafamiliar			
<b>Sujeitos na Pesquisa</b>			
Nº de Sujeitos no Centro 15	Total Brasil 15	Nº de Sujeitos Total 15	Grupos Especiais
Placebo NÃO	HIV / AIDS NÃO	Wash-out NÃO	Sem Tratamento Específico NÃO
		Banco de Materiais Biológicos NÃO	
<b>Pesquisador Responsável</b>			
Pesquisador Responsável Elza Berger Salema Coelho		CPF 433.289.469-34	Identidade 243467-9
Área de Especialização Filosofia da Enfermagem		Maior Titulação Doutor	Nacionalidade Brasileira
Endereço Rua almirante Lamego 683 apto 1002 Bl B		Bairro Centro	Cidade Florianópolis - SC
Código Postal 8801-970	Telefone 3319388 /	Fax	Email elza@salama.trix.net
<b>Termo de Compromisso</b>			
Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não.			
Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.			
Data: 08/06/05		Assinatura	
<b>Instituição Onde Será Realizado</b>			
Nome Secretaria M. Assistência Social		CNPJ 83.108.357/0001-15	Nacional/Internacional Nacional
Unidade/Orgão PPCVDI		Participação Estrangeira NÃO	Projeto Multicêntrico NÃO
Endereço R. Antonio da Veiga		Bairro Victor Konder	Cidade Blumenau - SC
Código Postal 89010-5	Telefone 47-3266741	Fax 47-3266741	Email
<b>Termo de Compromisso</b>			
Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares e que esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Nome: Cleo Nunes de Sousa		Assinatura	
Data: 09/06/05		Prof. Cleo Nunes de Sousa	
		Doutor do CCS/UFSC Port. 1062/04	
Nome NÃO SE APLICA		CNPJ	
Endereço		Bairro	Cidade
Código Postal	Telefone	Fax	Email
Responsável		Cargo / Função	

O Projeto deverá ser entregue no CEP em até 30 dias a partir de 09/06/2005. Não ocorrendo a entrega nesse prazo esta Folha de Rosto será INVALIDADA.



IMPRIMIR

Anexo IV – Projeto n. 221/05

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS – CEPESH  
PARECER CONSUBSTANCIADO – **PROJETO Nº 221/05**

**PARECER COMITÊ DE ÉTICA**

Esse parecer trata do projeto de mestrado intitulado “Violência Conjugal a Partir da Ótica dos Agressores”, que deu entrada no CEPESH em 27 de junho de 2005, tendo como pesquisador responsável a professora Doutora Elza Berger Salema Coelho e como pesquisador principal o acadêmico Antônio Gomes da Rosa, aluno do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da UFSC.

O projeto não apresenta um cronograma, sendo que a informação sobre quando será feita a coleta de informações consta apenas no resumo o qual afirma que esta ação está prevista para ser realizada no final de 2005 e início de 2006 na Secretaria de Assistência Social da prefeitura de Blumenau, SC, junto ao Grupo de Atenção à Violência Doméstica do Programa de Atenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar.

A documentação apresentada traz a folha de rosto assinada pela pesquisadora responsável, bem como assinada e carimbada pelo Diretor do CCS da Universidade Federal de Santa Catarina, representando a instituição onde a pesquisa será realizada. No entanto, esse espaço deveria vir assinado pela pessoa responsável pelo Programa de Atenção e Combate a Violência da Prefeitura de Blumenau.

A pesquisa, orçada em 6.230,00 reais, ocorrerá totalmente às custas do pesquisador principal e terá como amostra um grupo de homens, parceiros formais e informais de mulheres vítimas de violência. Tais indivíduos são voluntários, que já participam de um grupo de reflexão sobre a violência doméstica. Sobre o número certo de sujeitos a documentação não deixa claro se serão quinze, conforme a folha de rosto; dez, conforme o resumo do projeto; ou sete, conforme o projeto oficial. A documentação, menciona entrevista com as mulheres de parceiros violentos e uma entrevista de 02 horas com o grupo de homens agressores.

A problematização sobre a qual a pesquisa se debruça é um questionamento sobre as causas da agressão conjugal à partir da ótica do agressor. A partir disso, emergem duas questões: Se “é possível prevenir a agressão”? E “como atuar com os companheiros que praticam maus tratos”?

Serão utilizados procedimentos de pesquisa do tipo técnica de grupo focal, que



segundo o pesquisador, permite a obtenção de informações de natureza qualitativa em um curto tempo. A partir de debate em grupo estabelecido entre os participantes, o pesquisador vai identificando percepções, expectativas e representações sociais.

Afastando-se da perspectiva unilateral da culpabilização, a pesquisa pretende fazer uso da abordagem empática visando entender o ato violento, ou conforme afirma o pesquisador, “agressão conjugal”, como resultado de elementos associados à dinâmica da família e que contribui para desencadear atitudes violentas.

Dentre os itens que compõe o projeto, consta bibliografia e declarações da Gerente de Proteção Especial e do Secretário Municipal de Assistência social da Criança e do Adolescente deferindo o pedido do pesquisador para fazer a coleta de informações; e declaração de aceitação dos termos da resolução CNS 196/96. Também consta da documentação uma declaração da pesquisadora responsável em que aceita a referida resolução; modelo do convite a ser entregue aos sujeitos depoentes; e finalmente, o currículo dos pesquisadores.

De acordo com as informações de dois currículo vitae, tanto o pesquisador principal como a pesquisadora responsável tem formação e produção condizente com a proposta de projeto apresentada.

Com relação a participação dos sujeitos da pesquisa, a documentação traz o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - informando que os sujeitos da pesquisa serão homens agressores na vida conjugal, e que o objetivo da mesma é traçar o perfil de casais (agressor e agredida), baseado em depoimentos voluntários expressos em reuniões de grupos. Informa que esses depoimentos serão gravados, e que a identidade dos depoentes será sigilosa, posto que ninguém deverá ser identificado; que o objetivo da pesquisa é aprofundar a literatura sobre a violência familiar e doméstica para constituir e instituir novas políticas públicas e apoio aos indivíduos (agressor e agredida); que os sujeitos podem desistir; que os encontros serão realizados com a pesquisadora responsável e pelo pesquisador principal; endereço e telefone de contato com os pesquisadores.

No entanto há uma falha técnica nesse documento, posto que inicia na primeira pessoa do singular e conclui na terceira do singular. Além do mais não informa que os depoentes não terão custos. Razões pelas quais sugerimos que o projeto fique em pendência, para que seja reapresentado outra redação para o TCLE.

Data da Reunião: 26 de setembro de 2005.

**Parecer CEP:**

- aprovado
- aprovado ad-referendum
- reprovado
- com pendência (detalhes pendência)\*
- retirado
- aprovado e encaminhado ao CONEP

Justificativa: Sendo que o pesquisador refez o TCLE corrigindo os itens solicitados, somos favorável a aprovação do projeto.

**Data da reunião: 31 de outubro de 2005.**

  
Prof<sup>a</sup>. Vera Lúcia Bosco  
Coordenadora do CEP/SH/UFSC

Fonte: CONEP/ANVS - Resoluções 196/96 e 251/97 do CNS (BRASIL, 2006c)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

Blumenau, 22 de junho de 2005.

Ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências para a obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, e como representante legal do Programa de Atenção e Combate à violência Doméstica e Intrafamiliar na Prefeitura de Blumenau, tomei conhecimento do projeto de pesquisa: *A violência conjugal a partir da ótica dos agressores*, e cumprirei os termos da Resolução CNS 196/96 e suas complementares, e como esta instituição tem condição para o desenvolvimento deste projeto, autorizo a sua execução nos termos propostos.

Atenciosamente,

  
**DAMARES DE F. RESEL CARGANO**

Gerente de Proteção Especial

DECLARAÇÃO

Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento e acompanhamento do projeto em questão e com os pesquisadores Prof<sup>a</sup> Elza Berger Salema Coelho e mestrando Antonio Gomes da Rosa, autorizo sua execução.

  
\_\_\_\_\_  
Cleo Nunes de Souza

**Prof. Cleo Nunes de Sousa**  
Diretor do CCS/UFSC  
Port. 1062/GR/2004

Florianópolis 05 de setembro de 2005.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
Centro de Ciências da Saúde  
Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública  
Mestrado em Saúde Pública

**DISSERTAÇÃO**

**A VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER A PARTIR  
DA ÓTICA DO HOMEM AGRESSOR**

**ANTONIO GOMES DA ROSA**

**FLORIANÓPOLIS  
2006**